



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

XXIX • N.º 194 • SÃO PAULO • DE 16 A 22 DE NOVEMBRO 1974 PREÇO Cr\$3.00

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

as realizações do 2.º governo provisório

desmandos contra o povo serão julgados



benefícios para 180
mil operários da construção

350 mil contos para
desenvolvimento de trás-os-montes

defendida democratização da justiça

« uma investigação
científica ao serviço do povo »

estudantes
contra a universidade elitista

Como se diz no velho adágio popular, sem dúvida é nas fases de dificuldades e infortúnio que se conhecem os amigos... A solidariedade vem fraternal, vem amiga e tão naturalmente, que daí nascem a maior parte das vezes amizades que não têm fim.

A experiência humana consagrou pródigamente esta verdade. No concerto das nações também é assim, independentemente dos interesses peculiares a cada uma, principalmente quando, não somente o homem, mas toda a Humanidade vai descobrindo a urgente necessidade de que a solidariedade é um bem cada vez mais raro à existência em comum.

Portugal, país pequeno mas excepcionalmente dotado de raras condições de riquezas naturais, e de uma força de trabalho a qual já deu bastas provas, não foge à regra. Condicionado a esta situação que se vai tornando luminosa afirmação do futuro, o Portugal livre e democrático saiu das trevas do fascismo e entrou no convívio dos países civilizados com os quais tem necessidade de coexistir.

Após meio século de miséria e obscurantismo, vítima da exploração desenfreada dos grandes monopólios e de uma guerra colonial que servia não ao povo português mas a uma dúzia de famílias que concentra ainda em suas mãos a maior parte das riquezas nacionais, Portugal precisa agora da solidariedade dos países seus amigos, daqueles países que no plano diplomático e econômico o ajudarão a libertar-se da sombra do caos em que a reação o tentou mergulhar, facilitando a sua integração nos conclaves internacionais, comercializando os seus produtos, prestando-lhe, em suma, em pé de igualdade de interesses, uma assistência que lhe permita o retorno a uma estabilidade social sem comprometimentos com as escusas intenções de velados inimigos. Portugal é hoje um país livre, e não pode, dentro ainda das recordações da longa noite sofrida de opressão, — que ofuscou temporariamente os seus destinos, — esquecer que o inimigo o espreita de dentro e de fora, usando torpes e falsas promessas de amigo para subverter a liberdade reconquistada. Nestes primeiros meses de Revolução o M. F. A. ganhou experiência necessária através dos contatos com o povo do qual também faz parte, de como

é possível quebrar os dentes à conspiração, venha ela mascarada como vier. Os militares que fizeram o 25 de abril arcaram perante a História com o compromisso de legar às novas gerações a continuidade da independência política, e a conquista definitiva, em termos inequívocos, da independência econômica. Para tanto, toda a vigilância será pouca quando se trate de equacionar problemas de ajuda econômica, quando estes podem transformar-se em arma política de chapéuzinho vermelho, procurando minar o avanço das conquistas democráticas que deverá ser incontido e irreversível em nome do futuro e do merecimento da gente portuguesa. O 2º Governo Provisório que tem merecido o respeito e o apoio total das camadas mais desafortunadas da população, das massas trabalhadoras e da grande maioria do povo português, demonstrou já, e continua demonstrando dentro da sua composição heterogênea, a flexibilidade, a perspicácia e, sobretudo, o realismo brilhante das medidas políticas tomadas até hoje, na defesa intransigente dos interesses supremos do país. Acreditamos que, embora devagar mas com firmeza, os homens que continuam com os destinos da revolução em suas mãos, se inspirem sempre, como até aqui, no povo laborioso que construirá o verdadeiro Portugal democrático por que todos anseiamos. Provámo-nos ao mundo que com o nosso trabalho, com o nosso sacrifício e a nossa vontade, somos capazes de uma longa jornada, — que não será tão longa assim, — para a edificação de uma sociedade nova e mais humana. A reação de dentro e de fora tentará bloquear esse caminho com os muitos e cavilosos caminhos de que ainda dispõe para travar o ímpeto da democratização e do desenvolvimento dos povos. Mas ela não passará. O povo português na sua histórica aliança com o Movimento das Forças Armadas, no seu voto incondicional ao Governo Provisório da República, na sua vigilância constante, cortará as investidas da reação.

Com o auxílio fraternal, sincero e desinteressado de nações verdadeiramente amigas, superaremos nossas dificuldades temporárias, consolidaremos a Democracia, e venceremos.

A pesca exige uma administração sem corrupção

"Penso que as condições para relançar a indústria nacional das pescas será resultante da sua própria ação. Quer isto dizer que o papel do Governo, uma vez que terminaram as formas paternalistas que existiram até 25 de Abril e que, no fundo, são responsáveis pela crise do setor, é procurar dar apoio, do ponto de vista de informação científica e técnica, criar uma administração eficaz e não corrupta e, ao mesmo tempo, apoiar as iniciativas que venham do setor privado interessado na pesca", declarou, no Aeroporto, ao nosso jornal o dr. Mário Ruivo, secretário de Estado das Pescas, que regressava de Roma, onde participou na 9.ª sessão do Comité das Pescas da F.A.O., na qualidade de membro da equipe governamental e presidente da Comissão Nacional daquele organismo internacional.

Negociações com Marrocos

"É evidente", prosseguiu, "que nos encontramos com uma frota que, em alguns aspectos, está desatualizada e que põe problemas de ordem logística, mas a solução não poderá ser encontrada do dia para a noite. Isso implica, para já, um plano a médio e a longo prazo, e, ainda ganhar a batalha do imediato. Tal significa procurar, através de uma cooperação com os armadores e sindicatos dos trabalhadores, que a produção nacional seja assegurada em termos normais, e melhorar os aspectos de mercado que podem ser resolvidos através de uma racionalização.

Por outro lado, a pouco e pouco, através de um esforço persistente de trabalho diplomático, abrir novas perspectivas. Por exemplo (e nesse sentido) tive ocasião de estabelecer os primeiros contactos com o diretor-geral das pescas de Marrocos, e que serão seguidos, em breve, por contactos mais formais, no sentido de nos abrir oportunidades para a pesca".

E a seguir:
"No futuro, através de eventuais companhias mistas, a nossa frota irá trabalhar zonas que progressivamente estão a entrar no âmbito da jurisdição de outros países. Até há poucos anos, podíamos pescar em frente de costas estrangeiras. Mas, com a extensão da jurisdição por parte dos países costeiros, é indispensável negociar esse acesso".

A reorganização da frota pesqueira
Mais concretamente, e ainda sobre reapetrechamento, o dr. Mário Ruivo declarou:

"A minha idéia no que toca aos planos de reorganização da frota comporta três setores fundamentais. Um setor, o tradicional, em que a pesca é feita artesanalmente, em que estão associados pequenos pescadores ou armadores, através de uma organização de cooperativas se poderá, progressivamente, melhorar as condições de trabalho, portanto, estimular uma maior produtividade. Penso que tal será a linha a seguir em relação à apanha de algas, por exemplo, ou às cooperativas de pescadores do camarão.

Outro setor, a que chamo "competitivo", em relação ao qual espero que os capitais nacionais, e a indústria nacional ligada à construção naval estejam dispostos, com a colaboração e o apoio técnico do Estado, a

Afirma o Subsecretário das Pescas Dr. Mário Ruivo



criar um setor privado competitivo e capaz.

Intervenção estatal

Por fim, existem estruturas de tipo comercial, ou até unidades da antiga frota de pesca, que devido às dívidas incorridas, ou os empréstimos dependentes do Estado, permitirão a criação de companhias com participação estatal.

O grande êxito do 25 de Abril foi a imaginação e o não seguir modelos estrangeiros. Devemos inventar, ver quais são as tradições do país, as suas potencialidades e, daí construir um novo caminho. A minha idéia é experimentar nestes três setores e (...) apoiaremos os que se revelarem mais capazes. Estou convencido que aqueles em que participar o Povo português — os pescadores e os setores mais interessados na produção — são os que a longo prazo acabarão por constituir o núcleo da nossa frota de pesca.

E a terminar este ponto:

"Numa altura em que existe em todo o Mundo uma grande crise de alimentos e, no nosso caso, em que a produção de peixe, representa em média cerca de 60 por cento das proteínas animais consumidas durante um ano (50 quilos por habitante) é vital que este nível seja mantido.

É evidente que para ir comprar o peixe ao estrangeiro, precisamos de divisas. Assim, o primeiro grande esforço é sermos nós próprios a capturá-lo, muito embora se realizem importações temporariamente, como uma medida preparatória para o desenvolvimento das nossas próprias estruturas.

Procurar trabalhar a matéria-prima

O redator do "D.N." recordou então o dr. Mário Ruivo artigos ultimamente publicados na imprensa segundo os quais a captura intensiva de algas costeiras estaria a pôr em perigo o desenvolvimento de espécies piscícolas de interesse para a indústria e a alimentação Nacional. Paralelamente, foi ainda referido ao se-

cretário das Pescas o fato de grande parte do setor de algas estar controlado por empresas japonesas.

Sobre este tema, aquele membro do Governo respondeu:

"Não penso que haja uma firma japonesa que controle o mercado. O que se verifica sim, é que o Japão é um dos principais importadores da matéria-prima que resulta da exploração das algas.

Portanto, a minha idéia é que, nesse aspecto, como em todos os outros setores, se pudermos elaborar, no país os produtos, em vez de os exportarmos em bruto, estaremos no caminho certo. É evidente que isso implica a preparação e o desenvolvimento de uma indústria de algas... Portanto, penso que estará na linha certa trabalhar as matérias-primas em Portugal.

E depois:

"Creio que não existe uma correlação direta entre a colheita de algas e interferências no desenvolvimento de peixes jovens ou com a reprodução.

É verdade que a maior parte das espécies de interesse comercial vive nas zonas costeiras, mas de acordo com os biólogos, não há uma interferência direta e, portanto, a regulamentação em vigor parece acertada. Se entretanto e no futuro, se verificarem novas observações que justifiquem uma revisão (legislativa) procuraremos, e sem burocracias, acertar a legislação de acordo com as necessidades.

Na verdade, certas populações de peixes — como por exemplo, a pescada — estão em estado de sobre-pesca. Mas isso é o resultado de atividades que se prolongam desde há dezenas de anos e, até por vezes, através de uso de redes ou técnicas de pesca que não respeitam a necessidade de escapamento dos jovens para que possam continuar o seu desenvolvimento e, portanto, adquirir maior valor comercial e assegurar uma reprodução a nível adequado.

Isto depende de uma legislação certa, que por seu turno, deriva de uma investigação adequada, e por outro, da aplicação correta e genuína das medidas a pôr em prática".

Aproveitando a oportunidade, o dr. Mário Ruivo entendeu lançar um apelo aos pescadores, nos seguintes termos:

"Da minha experiência em barcos de pesca, quer costeira quer na Groenlandia, entendo que a melhor forma de assegurar a aplicação das regulamentações não é através de métodos de policiamento com as vedetas, mas é da compreensão, por parte dos pescadores, quer no seu interesse quer no da economia nacional, em manter uma pesca que respeite as regulamentações.

Estamos dispostos a manter o diálogo com os Sindicatos, e, portanto, é minha intenção facilitar uma informação para que eles se tornem os melhores aliados para levar à prática uma política racional de pescas que tenha em conta o interesse nacional e não aspectos momentâneos que se pagam a longo prazo e muito caro".

Portugal: interlocutor válido

O dr. Mário Ruivo referiu-se longamente à atividade desenvolvida durante a sua estada no estrangeiro, onde, como referimos antes, participou em reuniões da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (F.A.O.).

A certa altura, afirmou:

"Um dos pontos mais importantes desta reunião foi a discussão das futuras instituições que se deverão ocupar da gestão das pescas do ponto de vista internacional, no âmbito do novo direito internacional. A esse respeito foi muito encorajador verificar que a linha política portuguesa

— de estar, por um lado, ligada aos países europeus desenvolvidos e, por outro, cada vez mais, com afinidades e idênticos problemas aos do Terceiro Mundo — nos permitiu participar ativamente, e até certo ponto servir como intermediário, na negociação de algumas dessas medidas e resoluções.

Portanto, obtivemos para Portugal aquele estatuto de interlocutor aceitado e escutado num setor em que temos longas tradições, muito embora, hoje, tenhamos dificuldades práticas".

Aproveitar a cooperação internacional

Depois de se referir a contactos estabelecidos com o diretor-geral da F.A.O., e a uma conferência de Imprensa em que explicou a situação e os parâmetros da política portuguesa, o secretário das Pescas teceu diversas considerações sobre os planos futuros de contactos bilaterais e a nível internacional (dentro da C.E.E.) com a Itália, país com quem temos diversas e profundas afinidades.

A terminar, o dr. Mário Ruivo disse ainda "que, no regresso, aproveitei para ter alguns contactos em Paris, no âmbito da O.C.D.E., para estudar formas de cooperação no setor das pescas e completar contactos com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental e a Unesco, que tinham sido iniciados pelo sr. Ministro da Educação e Cultura.

Nesse aspecto, penso que, como na F.A.O., vamos ter amplas possibilidades de colaboração e cabe-nos agora a nós, portugueses, aproveitar estas oportunidades de cooperação internacional quer, por um lado, sob formas de assistência técnica que nos possam vir a ser atribuídas, quer por outro, pelo nosso trabalho, disciplina, esforço e vontade de ganhar esta batalha económica, que no fundo é a forma de consolidar a batalha política, quer dizer, a manutenção de um regime democrático aberto e com justiça social no nosso país".

350 mil contos para desenvolvimento de trás-os-montes

Um diploma conjunto dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Equipamento Social e do Ambiente, publicado no "Diário do Governo", cria o Programa Autónomo para Desenvolvimento da província de Trás-os-Montes, ou abreviadamente, Programa de Trás-os-Montes (P.T.M.).

O objetivo é promover o desenvolvimento agrícola, pecuário e florestal, numa extensão de 149.693 hectares da chamada "Veiga de Chaves", em que se inserem algumas das zonas mais esquecidas do País.

O "Diário de Notícias", que ainda bem recentemente arquivou flagrantes dos tipos de vida da região barrosã, onde uma população entregue a uma economia agrária primitiva tem sofrido as mais dolorosas saídas emigratórias, também então informou que por Chaves e Vila Real tinham passado, com demora, alguns membros do Governo Provisório, interessados num estudo atento dos problemas locais e prometendo para breve soluções, a partir de uma saudável descentralização.

Hoje, a palavra cumpre-se. Trezentos e cinquenta mil contos foram votados e vão ser aplicados, de acordo com um plano inserto numa portaria em cujo preâmbulo se afirma que "o Programa Autónomo para Desenvolvimento da Província de Trás-os-Montes tem como finalidade principal a execução de ações que visam dar melhores condições de exploração ao Perimetro de Rega da Veiga de Chaves, ao estudo e execução de um programa para dinamização da agricultura e pecuária da zona que se designa por eixo Chaves-Vila Pouca de Aguiar à execução de trabalhos de florestação em baldios submetidos a regime florestal parcial obrigatório".

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

As realizações do 2.º governo provisório recordadas pelo Ministro Vítor Alves

O ministro sem pasta, major Vítor Alves, fez há dias, através da RTP, uma pormenorizada exposição sobre as atividades e realizações do 2.º Governo Provisório, no âmbito dos princípios consignados no Programa do Movimento das Forças Armadas, sublinhando, no entanto, que "de muito pouco valeria o caminho já percorrido se o povo português, sem quaisquer distinções, esquecesse que a verdadeira democracia se conquista dia a dia, numa linha constante e vigilante, num trabalho permanente, em que as Forças Armadas e o povo se dêem as mãos, democracia que só tem viabilidade quando a liberdade de cada um assenta no respeito pela lei e pela liberdade do próximo".

E o seguinte o texto da comunicação do major Vítor Alves:

"Decorridos que são três meses sobre a posse do 2.º Governo Provisório, impõe-se a apresentação pública do balanço da atividade governamental desenvolvida.

Poderá parecer pouco o trabalho produzido. Todavia, se não esquecermos as diversas vicissitudes que houve de enfrentar, estamos certos que se concluirá que, no curto espaço de tempo decorrido, poderá ser criticável a ordem de prioridades estabelecida, mas dificilmente o quantitativo global da atividade realizada.

Antes do mais, desejo afirmar que o 2.º Governo Provisório lamenta profundamente o fato de não ter sido ainda viável estabelecer condições que permitam dar público conhecimento dos projetos de diplomas que mais interessam ao povo português, à semelhança do procedimento adotado com alguns projetos de decretos-leis, como os respeitantes a Imprensa, às eleições e ao arrendamento rural. Porém, facilmente se compreenderá que a atual situação nacional não se compadece com demoras e exige, muitas vezes, a promulgação urgente da legislação. Em todos os casos, todavia, tem havido o cuidado de ouvir previamente os representantes dos setores mais diretamente interessados.

Façamos, então, uma síntese das mais importantes disposições cumpridas pelo 2.º Governo Provisório no âmbito dos princípios consignados no Programa do Movimento das Forças Armadas e das linhas de orientação definidas no preâmbulo do Decreto-Lei 203/74, de 15 de Maio.

SANEAMENTO E COMBATE À CORRUPÇÃO

Preconiza o Programa do M. F. A. o saneamento da política interna que vinha sendo seguida pelo regime anterior e a democratização das suas instituições.

Para além da destituição dos elementos mais representativos do regime anterior, foram criadas as comissões interministeriais e ministeriais de reclassificação e de reintegração.

O Governo conferiu já posse à totalidade dos governadores civis.

No âmbito do desmantelamento do aparelho corporativo, foram dissolvidas as corporações instituídas em 1956 e constituída uma comissão liquidatária. Foram extintos os organismos corporativos dependentes do Ministério da Economia, nomeadamente os grêmios, e salvaguardada a transferência do seu pessoal, bens e serviços para organismos de coordenação económica, dentro das alterações de estrutura preconizadas pelo Programa do M. F. A. e do Governo Provisório. Foram saneadas Casas do Povo e os seus corpos gerentes substituídos por comissões administrativas eleitas democraticamente.

Outra medida imediata determinada pelo Programa do M. F. A. diz respeito ao combate eficaz contra a corrupção. Nestes termos, foi criada a Comissão Nacional de Inquérito, cuja finalidade é indagar das violências praticadas contra pessoas e dos atos de corrupção ocorridos entre 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974, dando assim satisfação aos anseios coletivos de justiça sobre abuso do poder, atentados contra os direitos dos cidadãos, violência, esbanjamento ou defraudação de dinheiros públicos, tráfico de influências, etc.



A par desta Comissão Nacional de Inquérito, foram já iniciados inúmeros inquéritos e sindicâncias contra crimes, desvios e irregularidades praticados em diversos departamentos e órgãos governamentais antes do 25 de Abril e decretou-se a lei que rege o saneamento que se está a processar em toda a administração pública.

Dignificação do poder Judicial e Reestruturação das liberdades de Educação e cultura

Outra medida a curto prazo, esta tendente a assegurar a independência e dignificação do poder judicial, mereceu a melhor das atenções do Governo Provisório que, empreendeu a reforma da magistratura e dos serviços judiciais, prosseguindo atualmente com debates pelos propósitos interessados, por forma a promulgar-se uma nova legislação sobre uma justiça independente, democrática, equilibrada e humana.

Entretanto o Ministério da Justiça, no âmbito do seu plano de atividades, facultou já o acesso das mulheres à Magistratura Judicial e ao Ministério Público, decretou amplas anistias e perdões, constituiu um grupo de trabalho de especialistas nos serviços tutelares de menores, para modificação do sistema em termos de eficácia, substituindo o cunho repressivo pelo educativo e reintegrador, promoveu o saneamento e a reestruturação da Polícia Judiciária, integrando nesta a Interpol, substituiu o Conselho Superior Judiciário, organismo supremo da Magistratura judicial, por um novo Conselho sem a anterior subordinação ao Governo.

No âmbito das medidas preconizadas sobre as liberdades dos cidadãos, o II Governo Provisório, promulgou um diploma sobre liberdade de reunião e de associação e regulamentou o direito de reunião em lugares públicos e particulares, quer na realização de comícios quer na concretização de manifestações ou destes em lugares públicos; determinou a elaboração de uma nova lei de Imprensa, cujo projeto esteve em debate e discussão pública até o passado dia 25, como é do conhecimento geral, lei essa de natureza eminentemente democrática, promulgou a legislação relativa ao direito à greve e ao "lock-out". Decreto-Lei n.º 392/74, de 27 de Agosto, que se considerou indispensável a uma autêntica democratização da vida nacional. Esta lei será obrigatoriamente revista antes de um ano de vigência e integrar-se-á no diploma sobre soluções dos conflitos de trabalho que vier a ser aprovado e aprovou as leis sobre partidos e associações

políticas e enviou a Conselho de Estado a lei eleitoral que regulamentará as condições de eleição da Assembleia Constituinte, a que há-de elaborar e aprovar uma nova Constituição Política.

No setor da educação e cultura promoveu-se a melhoria das condições do professorado, graças ao pagamento, nas férias, a professores eventuais e provisórios e afixação de normas de recondução para este ano escolar dos agentes e auxiliares do ensino eventuais e provisórios (Decreto-Lei 476/74, de 24 de Setembro,) concluiu-se o ajustamento dos programas dos ensinos básicos e secundários às novas condições de vida nacional, no sentido de os libertar do conteúdo antidemocrático.

Por outro lado aprovou-se um Decreto que acelera as equivalências dos cursos estrangeiros aos cursos nacionais e que assim permitirá a curto prazo, aproveitar os portugueses que, exilados ou emigrados, adquiriram títulos académicos lá fora, bem como especializações de interesse para o ensino, cultura e economia do nosso país.

Também, recentemente, foram aprovados dois diplomas relativos à promoção cultural dos portugueses, incluindo os que atualmente residem em França.

Ainda por resolução do Conselho de Ministros de 27 de Setembro foi criada no Ministério dos Assuntos Sociais uma Comissão Interministerial para a animação sócio-cultural que promoverá a dinamização das camadas populares no processo de construção de uma sociedade nova, estimulando-as a participar no seu próprio desenvolvimento.

O M. F. A. e o Governo iniciaram no sábado passado uma campanha de esclarecimento do Programa e de dinamização da vida nacional.

Determinou-se a criação de cursos de ensino básico de Português em Paris e em mais de setenta outras localidades de França, e ainda na Alemanha, Luxemburgo e Bélgica.

Por outro lado, foram concedidos subsídios a algumas escolas portuguesas e a institutos e centros de cultura portuguesa no estrangeiro, bem como a entidades culturais portuguesas.

Foi apoiada a campanha experimental de alfabetização levada a cabo pela Comissão Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses.

Combate à inflação, especulação e alta do custo de vida

Na quadro de uma política económica, posta ao serviço do povo, em particular das camadas populacionais até agora mais desfavorecidas, considera o Programa do M. F. A., como prioritárias, as ações de combate à inflação, à alta excessiva do custo de vida e à especulação.

Neste domínio, o próprio Governo Provisório impôs, a si mesmo e à administração pública, uma política de austeridade, reduzindo ou não aumentando encargos não estritamente necessários, dada a posição económico-financeira que o País herdou do anterior regime que exige que, em todos os setores de atividade nacionais, se façam sacrifícios e se aumente a produção para possibilitar a construção de um País novo.

A par desta política de austeridade pública, pretende o Governo Provisório incentivar a austeridade particular, incrementando os depósitos bancários, pelo que definiu novas taxas de juro progressivas em benefício dos depósitos de poupança.

Por outro lado, e também para orientar a poupança e o investimento privado, o 2.º Governo Provisório procurou incentivar a aplicação das poupanças existentes na aquisição de habitações, promulgando legislação que isenta ou reduz as sisas das primeiras transmissões de prédios ou suas frações autónomas, destinadas a habitação, em condições de exceção consignadas no referido diploma.

Foram recentemente promulgados diplomas que visam incentivar e apoiar as cooperativas de habitação económica.

Já no prosseguimento do programa mais detalhado do Governo Provisório e dentro da política de refreamento da es-

Diário de Notícias

peculação no mercado habitacional, foi promulgado um importante diploma que limita as demolições urbanas para fins de obtenção de lucros excessivos e condiciona o valor das rendas de casas.

Em conformidade com a estratégia antimonopolista preconizada pelo programa de eliminação dos protecionismos e favoritismos, o Governo Provisório anulou o regime de quotas de rateio de matérias-primas existentes no setor da refinação do açúcar e, principalmente, substituiu-se o chamado regime de condicionamento industrial terminando assim um processo discricionário do antigo regime que conduziu a inúmeras situações de privilégio e favoritismo em grave prejuízo para o desenvolvimento industrial da Nação.

Quanto a setores básicos da economia nacional, concretamente o setor das pescas, o primeiro passo na renovação de processos foi a criação da Comissão Nacional das Pescas e Proteção dos Recursos e do Ambiente Aquático que irá preparar os estudos e propostas para a definição da política nacional neste domínio.

A questão dos preços

Com vista ao saneamento da vida económica do País, mostrou-se indispensável aumentar os preços de alguns produtos essenciais. As medidas tomadas refletiram-se nos preços de aquisição à lavoura e nas normas de produção e de comercialização. A fim de promover o desenvolvimento de pastagens, de culturas arvenses e industriais e de produção pecuária, é criado o Programa Autónomo de Desenvolvimento Agro-Pecuário o qual é tornado extensivo aos Açores.

Quanto a combustíveis são fixados por despacho de 17 de Agosto dos ministros da Economia e das Finanças os novos preços de venda de gasolinas, petróleo, gásóleo e fuelóleo.

Ainda no domínio da democratização das atividades económicas, o 2.º Governo Provisório procedeu à revisão da lei da caça nos seus aspectos fundamentais, por forma a harmonizar os diferentes interesses das camadas da população envolvidas nesta atividade, tendo em vista a necessidade de proporcionar igualdade de oportunidades para todos os caçadores não esquecendo a proteção das espécies.

Com vista à correção das desigualdades existentes, propõe-se o Governo prosseguir uma política de ordenamento do território e de descentralização regional; para tal e por resolução do Conselho de Ministros de 27 de Setembro, foi criado um Conselho Restrito o qual coordenará a ação dos principais departamentos responsáveis por tal política, designadamente pronunciando-se sobre propostas de localização de empreendimentos públicos ou privados, bem como sobre a localização de serviços públicos.

Início da reforma fiscal

Promoveu-se já o início de uma reforma fiscal onde se corrigem algumas disposições mais gritantes do sistema e se inicia uma simplificação processual, tornando-se mais equitativa a distribuição da carga fiscal e prevendo-se, "ab initio", a adoção de outras providências futuras de maior alcance e escalonadas no tempo. Por outro lado, reforçam-se as medidas repressivas às práticas fraudulentas e às infrações antieconómicas e contra a saúde pública, visando impedir os lucros excessivos e procurando proteger os consumidores de todos os maneios que possam conduzir ao agravamento dos preços ou à alteração da qualidade dos produtos. Para tal, elevaram-se os períodos das penas de prisão e agravaram-se os limites mínimos e máximos das penas de multa, na certeza de que, neste campo só através da vigilância pública e da repressão penal, se alcan-

(continua na pág. seguinte)

cará o efeito preventivo que, com a mesma, se pretende atingir.

A nacionalização dos bancos emissores

Ainda no âmbito da política económica preconizada pelo Programa do M. F. A., três importantes diplomas foram aprovados pelo 2.º Governo Provisório: os decretos-lei que nacionalizaram os bancos emissores — Banco de Angola, Banco Nacional Ultramarino e Banco de Portugal.

Por fim, é de referir o despacho de 4 de Outubro, do secretário de Estado da Indústria e Energia, relativo à instalação na área do Porto de Sines de um grande complexo integrado de indústrias básicas do setor dos adubos, decisão esta que deverá ser acompanhada pela nacionalização da estrutura empresarial do setor, através da fusão do Amoníaco Português com a Sociedade Portuguesa de Petroquímica, S. A. R. L., e os Nitratos de Portugal, S. A. R. L., por forma a que se constitua um novo grupo de dimensão europeia em que o setor público disponha da maioria do capital.

A nova política social

A preocupação expressa pelo M. F. A. no seu programa de consignar o lançamento de uma nova política social que em todos os domínios terá, essencialmente, como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento da qualidade de vida dos Portugueses, correspondeu o 2.º Governo Provisório com a concretização de diversas medidas.

Assim, determinou-se que os beneficiários das Caixas, quando desempregados, mantêm o direito à assistência médica e medicamentosa para si e suas famílias, bem como o direito ao abono de família; aumentam-se, substancialmente, os vencimentos do funcionalismo público, os quais são ajustados segundo um esquema de aumentos degressivos em valor absoluto; é instituído o chamado 13.º mês e criado o subsídio de férias, o que implica para o Estado um aumento de despesa de quase seis milhões de contos. Com isto pretende o Governo dar o primeiro passo no sentido de proporcionar ao País a administração de que carece e a que tem direito.

Porém, e em contrapartida, o Governo assume uma posição moralizante, ao fixar o quantitativo mensal máximo das reformas de um pequeno e privilegiado setor da população que, até então, vinha beneficiando de pensões manifestamente elevadas em relação às reformas da grande maioria dos trabalhadores aposentados, bem como limita as remunerações e reformas de administradores e outros membros dos corpos gerentes dos estabelecimentos do Estado e sociedades ou empresas ligadas ao setor público; e revogou, ainda, dentro de uma política de saneamento e austeridade, dois diplomas que atribuíam pensões vitalícias aos membros do Governo e governadores civis que tivessem servido o Estado durante, pelo menos, 10 anos.

Saúde e assistência

No âmbito da saúde e tendo em vista o lançamento das bases para a criação de um serviço nacional de saúde, passou a fazer subordinar do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge o ensino da enfermagem e harmonizou algumas disposições relativas ao Estatuto de Trabalho dos Profissionais de Enfermagem das Instituições de Previdência, com os estatutos de outros profissionais de enfermagem também do Estado; no âmbito da previdência social, e tendo em vista a sua substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social, o 2.º Governo Provisório começou por autorizar o ministro dos Assuntos Sociais a designar comissões diretivas para gerir os serviços compreendidos na Direção-Geral da Assistência Social, os estabelecimentos, serviços e instituições oficiais de assistência.

Por outro lado, promoveu-se já o início da revisão do Estatuto do Pessoal da Administração das Instituições da Pre-

Diário de Notícias

vidência Social, onde se verifica haver um grande número de empregados mas uma relativamente baixa produtividade.

No quadro das medidas de proteção aos portugueses no estrangeiro, foi simplificada a obtenção e renovação de bilhetes de identidade, através dos serviços consulares; simplificou-se também o processo preliminar para casamentos, preceituado no Código do Registro Civil; entraram já em vigor novas disposições relativas à licença militar para ausência no estrangeiro.

Ainda dentro da política social preconizada pelos programas do M. F. A. e Governo Provisório, foi revogado um decreto-lei de 1970 que permitia à Câmara Municipal de Lisboa dispor do Parque Florestal de Monsanto como reserva de terrenos negociáveis, o que, naturalmente e a curto prazo, viria arruinar irremediavelmente aquela mancha verde que funciona, não só como elemento de embelezamento de Lisboa mas também e principalmente como um verdadeiro "pulmão" higienizante da cidade.

Política externa

Quanto à política externa, que o Programa do M. F. A. determina dever orientar-se pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, de não ingerência nos assuntos internos de outros países e da defesa da paz, muito se fez já neste meio ano de renovação democrática.

Assim, foram estabelecidas relações diplomáticas com os países socialistas do Leste, como a U.R.S.S., Checoslováquia, Roménia, Alemanha Oriental, Bulgária, Jugoslávia, Hungria, Polónia, bem como com a União Indiana e alguns países africanos, designadamente o Senegal, Tunísia e a jovem República da Guiné-Bissau, e está em perspectiva o estabelecimento e relações diplomáticas com outros países, como Marrocos, Líbia, Mongólia, Indonésia e, espera-se, com a China Popular.

Por outro lado, prosseguem as negociações para a continuação das facilidades concedidas à França na ilha das Flores e para a concretização do acordo sobre a base dos Açores com contrapartida técnico-económica a obter em troca da presença dos Estados Unidos naquele arquipélago.

Estão em curso ações conducentes ao estabelecimento de acordos comerciais, culturais e de cooperação técnico-económica, nomeadamente com os países do Leste, Cuba e países africanos, na linha dos já existentes com os parceiros tradicionais.

No campo das relações multilaterais, Portugal obteve agora o apoio e o respeito na O. N. U. face à sua política de descolonização e, graças à mesma, foi readmitido na U.N.E.S.C.O. e de onde havia sido expulso.

Procura-se também, reconquistar plenos direitos em outras organizações internacionais, como a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Internacional de Aviação Civil, etc., onde a ação de Portugal estava limitada em virtude da política ditatorial e colonialista prosseguida.

No que se refere às organizações económicas europeias está em perspectiva o desenvolvimento de cooperação com os países do Mercado Comum e com os países nórdicos em geral, no quadro da E. F. T. A.

No mesmo quadro de reconquista do seu lugar no Mundo, Portugal fez-se representar em diversas reuniões internacionais.

Descolonização

Por fim, no concernente à política de descolonização o 2.º Governo Provisório reconheceu solenemente a independência da República da Guiné-Bissau; apoia a jovem República da Guiné-Bissau celebrada, em 7 de Setembro, o Acordo de Lusaca com a Frelimo, pelo qual foi criado em Moçambique, para funcionar até 25 de Junho do próximo ano, data em que será proclamada a independência desta Colónia, um Governo de Transição e uma Comissão Militar Mista em que participam elementos dos Estados Portugueses e da Frelimo, sob a égide de um

Alto-Comissário que naquele Território representa o Presidente da República e o Governo Português estabeleceu um regime transitório de governo no Estado de Angola, criando uma Junta Governativa. No tocante a Angola, foram recentemente estabelecidos contatos na República do Zaire e no próprio território, com representantes dos Movimentos de Libertação, tendo em vista um acordo de cessar-fogo, já firmado, primeiro passo para o desenvolvimento das conversações sobre o futuro daquele território, salvaguardando-se os interesses da minoria branca.

Entretanto, não só em relação a estes territórios, bem como a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor, o 2.º Governo Provisório promulgou diversa legislação tendo em vista o necessário desenvolvimento económico, social e cultural do Ultramar no quadro de uma democratização completa, conducente à materialização do princípio de autodeterminação defendida pela O.N.U.

Luta constante pela democracia

Numa breve síntese, foram comunicadas as medidas governamentais já emanadas, do 2.º Governo Provisório, no exato cumprimento do Programa do M. F. A. Mas de muito pouco valeria o caminho já percorrido se o Povo Português, sem quaisquer distinções, esquecesse que a verdadeira democracia se conquista no dia-a-dia, numa luta constante e vigilante, num trabalho permanente em que as Forças Armadas e o Povo se dêm as mãos, democracia que só tem viabilidade quando a liberdade de cada um assenta no respeito pela Lei e pela liberdade do próximo.

A fuga de capitais

A descoberta recente por ativistas do M.D.P./C.D.E. de uma provável operação bancária que, a efetuar-se, levaria ao desconto de cerca de um milhão de contos por várias empresas do mesmo grupo financeiro, presumivelmente com vista à exportação ilegal de capitais, alertou o Governo para a necessidade de evitar manobras desse tipo.

Um dos meios de "contrôle" será — segundo fonte digna de crédito — a nomeação de inspetores bancários, que, atuando junto das administrações dos bancos ou em conjunto com elas, possam verificar se determinados financiamentos se dirigem efetivamente às pequenas e médias empresas necessitadas, e não se destinem a outros fins lesivos da economia nacional.

Os inspetores bancários serão — ao que julgamos saber — indicados pelo Ministério das Finanças através da Inspeção de Crédito e Seguros e a sua missão definida em diploma ainda a publicar.

Depois do 25 de Abril esta tem sido uma das tarefas prioritárias do Governo Provisório: fiscalização das atividades económicas e financeiras, o que não obsta a que algumas operações fraudulentas se possam ter verificado nos últimos meses, na ausência dum "contrôle" rigoroso.

Há indícios de saídas ilícitas para o estrangeiro de vultosas somas, depois entregues a bancos de outros países ou aplicadas na compra de propriedades ou outros investimentos.

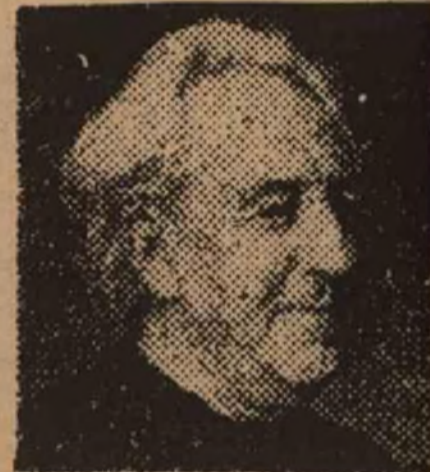
CASA DO MATE

Mate quente e gelado a toda hora - Mate com leite, limão e maracujá - Chá mate e chimarrão em pacotes das melhores marcas Av. São João, 602 - São Paulo

MURILLO MELLO

CÉLIA DE MELO E MOURA ADVOGADOS Causas cíveis, criminais e trabalhistas Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100 Fone: 33-1846 — São Paulo

CRÓNICA DE JOSÉ GOMES FERREIRA



Impaciência... Paciência...

Eis as palavras que mais tenho utilizado nos últimos tempos. O que não admira, se nos lembrarmos de que foram os sentimentos que elas traduzem (sobretudo o da paciência) que me ajudaram a aguentar, com coragem de viver, embora envergonhado, durante os últimos 48 anos de desgosto e raiva.

Aos pobres contemplativos como eu, sensíveis à injustiça, mas incapazes de conspirar, de imprimir jornais secretos, de fabricar bombas com dinamite de lágrimas ou de lutar nos subterrâneos, não lhes restavam outra solução senão esse sentimento de não-violência com intervalos de ataques de lirismo histéricos em poemas saudosos de futuro.

A paciência foi, portanto (e com que destreza a empregar!), a minha única arma passiva de combate nesse período de pesadelo. Não espanta, pois, que também a invoque agora e a recomende como arma de defesa da constituição do Sonho Comum — convicto de que não é com varinhas de fadas ou palavras mágicas que se transformam pátrias e sistemas, de um dia para o outro.

Atenção porém! O fato da paciência me parecer hoje necessária e a impaciência, despropositada, não significa que exageremos esses sentimentos até ao ponto de servirem de alibis à inoperância e justificarem a demora pachorrenta da solução de alguns problemas que, em coro intempestivo, todos os Portugueses consideram prioritários do novo Portugal europeu, tais como a construção de casas decentes, jardins de infância, escolas, assistência médica, esgotos — tudo o que os senhores sabem melhor do que eu, srs. ministros, srs. arquitetos, srs. técnicos de coisas várias.

Não os habituemos, quando os moradores dos bairros da lata nos vierem pedir água encanada, luz elétrica ou queixarem-se de que as ratzanas lhes devoram os filhos, não nos habituemos a verter lágrimas de remorsos inúteis e a consolá-los com voz de esperança lamurienta de haver um céu distante:

— Tende paciência democrática, irmãos!

SECRETARIADO MODERNO E PRÁTICA COMERCIAL

JÁ NAS editora abz BANCAS por apenas cr\$ 6,00

Acordo comercial entre Portugal e a U. R. S. S.

Portugal e a União Soviética vão estudar acordos bilaterais e negociar, em Dezembro deste ano, a assinatura de um acordo comercial, afirma-se num comunicado conjunto soviético-português, distribuído, após o regresso de Alvaro Cunhal, que se deslocou à Rússia chefiando uma delegação governamental portuguesa. O mesmo documento, que publicamos noutra local, salienta também que vai ser negociado um acordo de cooperação cultural entre os dois países. De missão portuguesa, fizeram parte o comandante Conceição e Silva, secretário de Estado da Comunicação Social.

Alvaro Cunhal, entretanto, á chegada ao aeroporto, em declarações aos jornalistas, afirmou "que há grande possibilidade de vender e de comprar produtos á União Soviética". E acrescentou: "Estudamos as perspectivas de desenvolvimento entre os dois países. A delegação governamental portuguesa foi magnificamente recebida, tendo-se concretizado a idéia, que havia anteriormente, de que existiam largas possibilidades do estreitamento das relações entre Portugal e a União Soviética, nos planos das relações comerciais, económicas, culturais, científicas e técnicas. Trata-se, agora, de concretizar essas hipóteses. Pensamos que estão abertas as portas para isso. Depende tudo do nosso trabalho."

A pergunta de um jornalista acerca do que se podia adiantar sobre pormenores da visita, o dr. Alvaro Cunhal disse:

"Certamente serão tornados públicos comunicados e notícias. A U.R.S.S. mostrou completa compreensão pelos nossos problemas. Inteiro-se das dificuldades económicas que atravessamos e soube das resoluções que temos de tomar e, após as conversações, pudemos concluir que se verifica um verdadeiro entendimento de cooperação para o alargamento das relações que desejamos."

"Foi negociado algum acordo de ajuda económica?" — perguntámos.

"Não fomos negociar nada, como sabe. Examinámos problemas e regressamos com perspectivas de negócios."

"Pode concretizar alguma?" — insistimos.

Resposta: "Tudo depende de nós, repito. Naturalmente que haverá que estabelecer uma base jurídica das relações entre os dois países, base que será de acordo e de convénios, mas tudo se poderá fazer rapidamente. Depois disso, então, entramos na contratação, em acordos concretos."

Quisemos saber, depois, se ainda este ano se poderia entrar numa fase concreta de negociações, tendo o ministro sem pasta declarado que estava convicto dessa viabilidade. Falando das hipóteses de um intercâmbio turístico entre os dois países, Alvaro Cunhal considerou que em breve isso se virá a tornar possível, terminando por afirmar que, em relação aos produtos nacionais que se poderão exportar, um vasto campo se nos oferece.

Formação Técnico-Económica

Entretanto, segundo a agência A. N. I. Alvaro Cunhal, á partida de Moscú, em declaração para a Tass afirmou que as suas "conversações com os dirigentes soviéticos tinham abrangido um vasto leque de assuntos, pois as relações bilaterais estavam ainda no princípio.

O tema principal tinha sido a cooperação no turismo e na formação técnico-económica".

Antes do regresso a Lisboa, a delegação governamental portuguesa foi recebida pelo presidente Nicolai Podgorny.

Os membros da delegação governamental portuguesa referiram as medidas tomadas pelo Governo Provisório Português, com o fim de democratizar a vida política do País e melhorar a situação económica das massas populares.

Falaram, ainda, sobre as medidas tomadas pelo novo Governo Português com vista a continuar o processo de descolonização com base no reconhecimento dos direitos dos povos de Moçambique, Angola e outros territórios sob administração e independência.

Informaram sobre a atividade desenvolvida no sentido de fortalecer a união entre o movimento popular de massas e o Movimento das Forças Armadas, a fim de consolidar as conquistas democráticas e fazer frente ás forças da reação.

Do lado soviético, foi manifestada a solidariedade para com a luta do povo português pela democracia e progresso social contra as manobras da reação e os votos pelo sucesso da realização das tarefas definidas pela revolução do 25 de Abril.

Foi sublinhado que a liquidação da ditadura fascista em Portugal, o começo das transformações democráticas no País e o fim da guerra colonial aumentaram o prestígio internacional de Portugal.

A Rússia poderá fornecer cereais a Portugal?

Entretanto, em Moscú, observadores políticos especulam que o Kremlin talvez não possa ser capaz de fornecer a Portugal tudo aquilo que prometeu, principalmente no que toca a cereais, visto que a Rússia está também a comprar trigo no estrangeiro por deficiência dos seus próprios "stocks".

Segundo a Reuter, essas especulações poderão ter justificação no fato de Alvaro Cunhal ter utilizado a frase "o Governo Soviético respondeu favoravelmente a quase todas as propostas apresentadas por Portugal".

Comentários da "Pravda"

Na capital soviética o único comentário feito até agora, é o da "Pravda" que o inclui na sua revista semanal da atividade internacional.

"A visita da delegação portuguesa", escreve, "é um acontecimento de grande importância. O fascismo que reinava há meio século em Portugal não hesitava em recorrer ao crime para destruir todos os direitos do povo a definir livremente o seu destino. Tornava impossível o estabelecimento de laços entre Portugal e os países socialistas. Mas, pela vontade do povo e do Movimento das Forças Armadas, o fascismo foi destruído. Portugal encetou o caminho do desenvolvimento democrático e do restabelecimento de relações diplomáticas e económicas com os países socialistas", concluiu a "Pravda".

Por outro lado, a Televisão soviética dedicou, uma breve sequência á partida da representação portuguesa (a primeira que foi á U.R.S.S. depois da revolução de Outubro) e transmitiu uma entrevista

com o ministro sem pasta Alvaro Cunhal. Este declarou á Tv soviética que "as nossas conversações aqui deram resultados positivos". "Encontrámos da parte dos nossos interlocutores soviéticos uma total compreensão dos problemas que o nosso país tem que enfrentar", acrescentou. "Estamos convictos de que a U.R.S.S. está disposta a dar a sua colaboração e apoio, tendo em vista a resolução destes problemas. A cooperação a nível económico será um primeiro passo nessa via", concluiu.

Cunhal visitou o mausoléu de Lenine

O mausoléu de mármore vermelho e negro que encerra o corpo embalsamado de Lenine foi visitado pelo dr. Alvaro Cunhal e pelo comandante Conceição e Silva, secretário de Estado da Comunicação Social, que integrava a missão governamental.

Conceição e Silva continua em Moscú até o fim da semana

O secretário de Estado da Comunicação Social, comandante Conceição e Silva, não regressou de Moscú, prosseguindo all conversações em diversos setores, nomeadamente do campo cultural. Devo voltar a Lisboa no final desta semana.

O comunicado conjunto Soviético Português

Através do Ministério da Comunicação Social foi distribuído, ontem, o seguinte comunicado soviético-português.

"De 29 de Outubro a meados de Novembro, visitou Moscú a delegação governamental da República Portuguesa presidida pelo dr. Alvaro Cunhal, ministro de Estado.

Faziam parte da delegação o comandante Conceição e Silva, secretário de Estado da Comunicação Social, dr. Mário Neves, embaixador da República Portuguesa na U.R.S.S., dr. Magalhães Cruz, diretor-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dr. Alberto Regueira, diretor-geral do Planeamento da Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo, e dr. Waldemar Quaresma, secretário do ministro de Estado.

Durante a sua permanência em Moscú, a delegação governamental da República Portuguesa visitou o Mausoléu de Lenine e depôs uma coroa de flores no Monumento do Soldado Desconhecido, junto á muralha do Kremlin.

No dia 2 de Novembro, os srs. N. V. Podgorny, presidente do Praesidium do Soviete Supremo da U.R.S.S. e membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista da U.R.S.S.; B. N. Ponomarev, presidente da Comissão de Relações Externas do Soviete Supremo da U.R.S.S. e membro suplente do Bureau Político e secretário do Comité Central do P.C.U.S., e J. V. Arkhipov, vice-presidente do Conselho de Ministros da U.R.S.S., receberam o ministro de Estado, dr. Alvaro Cunhal e o secretário de Estado da Comunicação Social, comandante Conceição e Silva.

Na conversa cordial que se seguiu, realizou-se uma troca de opiniões sobre as relações soviético-portuguesas, tendo-se manifestado o propósito dos dois países de desenvolverem uma cooperação mutuamente vantajosa.

Do lado soviético foram transmitidas saudações e votos dos senhores L. I. Brejnev, N. V. Podgorny e A. N. Kosyguine ao Presidente da República Por-

tuguesa, general Costa Gomes, e ao primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves.

A delegação governamental portuguesa teve uma série de reuniões, com a delegação soviética, de que faziam parte N. S. Patólichev, ministro do Comércio Externo da U.R.S.S. (chefe da delegação), S. P. Korirev, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da U.R.S.S. V. I. Popov, vice-ministro da Cultura da U.R.S.S.; A. I. Kalinin, embaixador da U.R.S.S. na República Portuguesa; J. N. Pankov, chefe de setor do Comité Central do P.C.U.S., D. M. Gvichiani, vice-presidente do Comité Estatal para a Ciência e Técnica do Conselho de Ministros da U.R.S.S., N. N. Inosemzev, vice-presidente do Gosplan da U.R.S.S., e M. N. Suloev, vice-presidente do Comité Estatal para as Relações Económicas Externas do Conselho de Ministro da U.R.S.S.

As duas delegações assinalaram com satisfação que o estabelecimento das relações diplomáticas entre a União Soviética e Portugal criou as condições necessárias para estabelecer e desenvolver a colaboração soviético-portuguesa.

No decurso das conversações, que se desenvolveram em ambiente construtivo e amistoso, efetuou-se uma troca pormenorizada de pontos de vista, acerca das possibilidades e perspectivas de desenvolvimento das relações entre a União Soviética e Portugal, nomeadamente nos domínios do comércio e da cooperação económica científica técnica e cultural.

As delegações reconheceram que seria conveniente preparar e submeter á consideração dos respectivos Governos projetos de acordos bilaterais, que sirvam de base ao desenvolvimento de uma colaboração mutuamente vantajosa tendo como objeto o progresso económico e social. Ficou assente que se realizem em Dezembro do ano corrente negociações com vista á conclusão de um acordo comercial, que estabeleça a base jurídica para as relações económicas entre os dois países.

A delegação portuguesa manifestou o desejo de que a União Soviética adquirisse uma série de mercadorias de exportação tradicional, tais como vinho, amêndoa e cortiça, bem como alguns manufaturados, considerando igualmente as possibilidades de exportação de mercadorias soviéticas para Portugal. A delegação soviética expressou a disposição de acolher positivamente este desejo. Acordou-se em que, já no decurso deste mês de Novembro, representantes de organismos estatais e de empresas portuguesas visitarão a União Soviética.



Do mesmo modo que representantes de empresas soviéticas de comércio externo irão a Portugal estabelecer negociações comerciais.

As delegações concordaram em que as organizações competentes dos dois países preparem as propostas a apresentar aos respectivos Governos acerca da orientação concreta a seguir quanto á colaboração científica e técnica entre a União Soviética e Portugal, para efeito de tomada de decisões em futuro próximo.

Ambas as delegações atribuem grande significado ao desenvolvimento do intercâmbio cultural soviético-português, bem como no campo dos grandes meios de informação, de forma a contribuir para o rápido conhecimento mútuo do progressos de ambos os países nos domínios da arte, da literatura da educação e outros. Com este objetivo, foi considerado oportuno realizar, no futuro próximo, negociações com vista a conclusão de um acordo intergovernamental de cooperação cultural.

As delegações soviéticas e portuguesas consideram que as negociações realizadas foram úteis e construtivas e servirão a causa da aproximação entre os dois países, contribuindo para o desenvolvimento das relações amistosas entre eles".

OFICINA DE ESTAMPAS CISPLATINA
Consertos e reparos de máquinas e ferramentas
SERVIÇO DE TORNO E PLAINA
SOARES & BAPTISTA LTDA.
Rua Cisplatina, 31 — Fone 273-5683 — Ipiranga — São Paulo

 **VERBO**  **ULISSEIA**
Enciclopédias - Dicionários - História - Ensaios - Ficção - Divulgação Científica - Poesia - Livros de Arte - Arqueologia - Literatura Infantil - Literatura Juvenil
EDITORA VERBO, LIMITADA - Rua Bueno de Andrade, 480-484
Tel.: 278-0444 - São Paulo

Escritório Contábil Catete Ltda.

Organização e Assessoria Contábil de Empresas

Rua do Catete, 338 — S/lojas 17 e 26

Telefone: 225-7296 — RIO DE JANEIRO

entrevista com fernando lemos



Por
JOAQUIM QUITÉRIO

Fernando Lemos, Pintor. 22 anos de Brasil. Assistente de Jaime Cortesão na Exposição Histórica do IV Centenário de São Paulo. Bolsista da Fundação Gulbenkian no Japão. Premiado nas Bienais de São Paulo. Representou o Brasil em exposições internacionais e executou decorações em Feiras a serviço do Itamarati, no Japão e Estados Unidos. Sempre foi ativo colaborador da Oposição Democrática Portuguesa no Brasil, antes do 25 de abril. É correspondente em São Paulo da revista "COLÓQUIO" e nosso companheiro de redação desde a fundação do nosso jornal.

P — A seu ver, Portugal e o Brasil podem intensificar brava um verdadeiro intercâmbio cultural, de forma a superarem todas as falhas existentes nesse sentido?

R — Nós sabemos apenas que ambos os países falam aproximadamente a mesma língua para falarem coisas aproximadamente diferentes. Parece muito pouco e só por si, tem sido justamente uma razão, assente em razões óbvias, para levar os dois países a não se aprofundarem com intercâmbios.

Todos os tratados firmados — cujos textos quase ninguém conhece — alimentaram nestas últimas décadas apenas as medidas e outras cerimônias diplomáticas entre os dois países que se tratam por irmãos até à saciedade. Excluindo o trabalho e a presença de alguns intelectuais portugueses que para aqui tiveram de exilar, não aconteceu, ao nível oficial, nenhuma manutenção de relações que a gente possa classificar como básicas e relevantes. A verdade é que existe um grande mistério nessa problemática Portugal x Brasil, que é, para mim, difícil de explicar. Mas há também, diga-se de passagem e a bem da verdade, 48 anos de vida salazarenta para servir como pretexto e justificação da não aproximação feita da parte de outros países, inclusive do Brasil. E também deve dizer-se que há muitos brasileiros — e conheço bastantes — que, dignos e viajados, conhecem de Portugal apenas o aeroporto de Sacavém passageiramente ou o cal da Rocha Conde de Óbidos. Há ainda os que eram recusados pelo regime, mesmo quando, dispostos a tapar o nariz por uns dias, tentavam apenas visitar o país. Assim devemos ficar por aqui neste assunto, partindo do princípio seguro que eram os portugueses que não estavam contemporizando com o resto do planeta e que portanto só mereciam da parte de fora uma apreciação distante, ainda quando generosa. Hoje pode-se falar nisso, já que no regime anterior esse direito era negado a todos, independentemente de saber-se até o que as pessoas queriam dizer. Os próprios representantes do fradilhão, nos seus pronunciamentos em público eram de uma tal medocridade que comprovam o que estou dizendo. Só que eles nem sequer estavam proibidos de se exprimir, porque haviam aprendido a macaquear a oratória do patrão e deixado de pensar, tal

como lhes foi conveniente durante quase meio século.

É fácil de ver que Portugal, não estava oficialmente preocupado com cultura e aculturamentos e chegou a ser desligado da Unesco fato sem dúvida humilhante mas dos mais merecidos.

Gostaria de lembrar que, no que se refere a um grande desinteresse mútuo dos países irmãos, e ao nível em que estamos falando, que, neste período modernista iniciado no princípio do século, nenhuma personalidade notável nas artes e nas letras de qualquer dos lados, se aproximou do outro, tanto pessoalmente quanto oficialmente patrocinada. Pelo menos para participar de algum movimento sério e em que a sua presença comprovasse um real interesse cultural pelo fenómeno luso-brasileiro. Eu sei que poderão mencionar alguns intelectuais, professores, etc., que aqui vivem ou viveram até o fim de seus dias, para contestar a minha tese, mas fico inteiramente livre de algum peso na consciência porque partilhei do convívio, da amizade e da tristeza com que constataávamos e constataamos a farsa luso-brasileira.

Acredito enfim, que agora, logo que Portugal desembarace os seus problemas internos e comece a virar-se para o lado de fora, venha a dar grande prioridade ao reacionamento cultural, especialmente com o Brasil. Tenho a certeza disso até por conversas mantidas aqui e na minha ida recente a Lisboa com pessoas responsáveis por esse setor. Não menciono quem, porque, como já reparou, não uso de nomes nesta entrevista.

P — Vê com apreensão uma estabilização democrática em Portugal e eleições capazes de normalizar a vida política portuguesa?

R — É fora de dúvida que, desfeito o pesadelo da ditadura, o povo jamais abrirá mão desta nova situação aberta que é a liberdade e que foi ignorada com sofrimento e humilhação durante várias gerações. Passado este período de euforia natural e de tensões emocionais, as eleições virão consolidar o processo político de maneira estável. É um fenómeno hoje reconhecido internacionalmente como irreversível, a ponto de muitos países estarem aguardando esse momento para já fazerem os seus investimentos. Porque as eleições são a garantia, como um contrato social, um aval.

A chamada direita continua a mesma, aliás agora é que procura assim configurar-se, pois até à derrocada do regime que a protegia na pessoa dos seus fanáticos, estes viviam, e muito bem pagos, silenciosamente num paraíso julgado eterno e que prescindia de classificações ideológicas a não ser a que lhes era servida nas missas solenes da União Nacional e no Secretariado Nacional de Informação que foi antes também de Cultura Popular e Turismo.

Agora, já então direita, sucursal e salola por ascensão social que lhe foi concedida por outras direitas, ela fareja as suas mutações para sobreviver. As experiências da maioria silenciosa mostraram isso, sem bases ideológicas, que estão ainda com o queijo na mão, é certo, mas que perderam a faca e são por natureza incapazes de comê-lo com as mãos. E não resiste ela a uma análise mais séria, pois ficou claro que, ao abrir a boca mostrou não ser silenciosa e que de maioria nada tinha. Filosoficamente, traiu-se, sem as bases populares que a ajudariam a definir-se ideologicamente. Naturalmente o general que a apadrinhou, ao usar de um slogan norte-americano que tem aliás um outro sentido, estragou-lhes sem perceber a música e o ritmo ao lhes propor essa letra. Foi uma tradução mal feita e infeliz para a maioria e para o tradutor. E se o povo e as Forças Armadas são hoje uma coisa só — e isso historicamente é um fato importantíssimo — é porque a força como deve ser força, existe como um fato e um direito inarredáveis. Se alguém se apresentar nas eleições pondo a descoberto que a sua representatividade vem da maioria silenciosa, verá com total desilusão que está servindo mais uma vez para o fortalecimento e a unidade do povo e dos partidos todos contra ela.

Portugal não está mais à deriva entre a esquerda e a direita. Isso está superado. A questão agora é entre a forma mais ou menos moderada ou mais ou menos oportuna internacionalmente como a esquerda salba fazer a composição.

P — Vê algumas hipóteses de graves divergências no seio da esquerda agora que já o PC e o PS entraram em conflitos tácticos?

R — As divergências que existem aparentam apenas gravidade. Só o serão na medida em que a imprensa da perfídia internacional faz disso um bicho de sete cabeças. Pessoalmente, discordo que essas divergências estejam sendo realizadas publicamente, no momento em que o assunto é íntimo. Deveriam ser discutidas em reuniões dos próprios partidos sem sofrerem o desvirtuamento criado pelos canais viciados de informação, ou da precipitação jornalística em que anda a imprensa portuguesa como não podia deixar de ser. Acho inoportuna e inadequada a divulgação dessas discussões que são mais técnicas e táticas que ideológicas e que, publicamente podem inverter-se. Devemos ter em conta a falta óbvia de experiência polémica manifestada em Portugal, ou jamais entenderemos seja o que for.

Mas parece-me que o que começa é a delinear-se como reacção e oportunista uma extremidade de alguns grupos — mais canhotos que esquerdistas — que, além de imaturos também estão fazendo o tradicional jogo do diabo fascista, sabendo que o fazem e sendo aproveitados por ele. Sendo que ainda por cima, feitos mais papistas que o papa, pretenderiam pôr em jogo a integridade dos partidos de esquerda que estão colaborando com o governo e pô-los numa posição conservadora.

Há ainda, creio, um certo perigo na abertura de partidos disfarçados de centristas, pois é bom não esquecer que a pior moléstia a chegar da direita possa ser uma provável filiação de conformistas despolitizados que se acomodarão sorradeira e silenciosamente pelos centros como se se escondesse pelos cantos. E assim, possam dar aos números uma idéia

numerosa e falsa de organização partidária e aos partidos uma errada idéia de números.

P — Gostariamos que nos desse uma opinião sobre a situação dos portugueses nas ex-colônias africanas, já que é um assunto muito inquietante para uma grande parte de nossos leitores e sobretudo para os portugueses do Brasil, afinal vivendo numa situação histórica mais avançada sobre uma descolonização e desejosos de ver a sua raça livrar-se de pesos na consciência.

R — Haverá várias maneiras de encarar a reação dos colonos ditos brancos na África e haverá até várias gamas de situações entre esses colonos. Se nos situarmos perante aqueles que estão lá procurando opor-se à descolonização apelando para uma nacionalidade portuguesa, pouco poderemos dizer para aliviar-lhes a tensão. Talvez aconselhá-los a voltarem para Portugal plantando e coihendo o que tem ficado podre nas árvores por falta de gente que foi morrer por eles na guerra e/ou fugiu para outros países para se recusar a esses heroísmos. Essa poderia ser uma maneira digna e correta de serem portugueses se, como proclamam, querem ser. Por outro lado, acho que o lado crucial da África não é visto problemáticamente ao pensarmos em quem lá está ou nasceu lá e se acha branco, mas de quem possa para lá ir e reconhecer o continente africano. Os portugueses não são brancos, são europeus. E a partir de agora, o que importa é como se fazem as opções pela África, tanto de gente, como de países mercantilistas, e de forma a resguardar essa integridade africana no seu continente. Apesar de todo o potencial da raça negra, tenho medo que a África, de uma forma geral, seja envenenada na sua emancipação e acabe herdando vícios da decadência ocidental, que hoje trocam as ideologias por acordos comerciais.

O continente africano terá dificuldades de se unificar, pois os grandes donos do mundo de hoje vão tentar impedir e bloquear a sua independência. Os tempos são outros que não aqueles que favoreceram a unidade territorial do Brasil. Hoje ele seria dividido em partes e sucursais, se estivesse em período de descolonização. O mais difícil para os portugueses em África, vai ser, no futuro, receberem do africano um tratamento que não envolva nem devolva mágoas racistas. E isso eu não vejo que possa ser evitado a curto prazo. O complexo colonial não é tão insignificante e curável como possa parecer e como se procura disfarçar. Daqui a algumas dezenas ou centenas de anos, esses países que foram escravos de uma civilização à portuguesa, se ainda usarem a nossa língua, talvez se estejam indagando sobre a misteriosa falta de intercâmbio com intelectuais dos países irmãos!

P — Acha possível uma análise correta sobre o comportamento da colônia portuguesa do Brasil e uma eventual aceitação dela pelo fradilhão político atual em Portugal?

R — Acho difícil situar a questão. A tendência das colônias de emigrantes é a de manterem uma imagem estática de seus países de origem. Aceitarem a pátria como ela é e como a deixaram. Portanto, permitir-se a mudanças já é um dilema. Em plena II Guerra Mundial a colônia alemã era quase integralmente nazista e a italiana fascista, ou talvez hitleriana e mussolinista e eram exibidos publicamente e sem nenhum pudor os respectivos símbolos. Mas neste caso, houve ingredientes de circunstância que alteraram essa animosidade e fizeram a recolha dos símbolos. O Brasil entrara no conflito do lado dos aliados e mobilizou-lhes os filhos. Enquanto que os portugueses daqui, pelo menos os mais idosos, foram até condecorados pela ditadura "não-beligerante" e sentiram-se muito prestigiados, imaginando que recebiam tais honras pelo fato de serem portugueses, não entendendo que era

por serem emigrantes e que isso, na colocação oficial da ditadura e até ao abril de 74, significava a categoria de mensageiros instrumentais e contribuintes diretos ou indiretos da mentalidade folclórica e colonialista. E sabe-se como Salazar manifestou sempre um indisfarçável desprezo pelo Brasil. E nem os seus sucessos na vertigem política, conseguiram amenizar essa realidade ao promover transladações de ossos monárquicos com pompas académicas e rançosas que postas nos jornais da época — tão cheios de noticiários sobre os astronautas pisando a lua — só cobriram de ridículo o relacionamento e o atraso luso-brasileiro. Tudo isso só justifica o que o regime tinha na mente quando se pronunciava o nome do Brasil.

A falta de intercâmbio de que já nos lamentámos antes e uma provinciana comunicação de Portugal aos emigrantes feita de encomenda para uns jornais deprimentes — que parece ainda por aí picaretearem a colónia estabelecida, uma vez que lhes acabou o soldo lisboeta — foram impedindo

que o português daqui, em geral, acompanhasse as realidades portuguesas e a verdade. Mas afinal também em Portugal isso estava mascarado!... Assim a imagem oficial, de pendurar na parede como a cela da família, só podia ser impressa em Lisboa e exportada. Ainda hoje deve ter gente por aí que votaria em Salazar, esquecendo-se que ele já está enterado, não nos Jerónimos, mas em Santa Comba Dão.

Acharia bem mais importante que fosse feita uma análise sociológica sobre os descendentes de portugueses no Brasil, para avaliarmos o que lhe foi ensinado nas últimas décadas e o que isso possa estar significando como colaboração à sociedade brasileira. Confesso-me pouco próximo da colónia e nem sequer me agrada a palavra. Na própria Casa de Portugal, que é além do mais um símbolo toco da elite privilegiada luso-paulista e assente numa série de equívocos que espero ver serem resolvidos em momento oportuno, entrei lá pela primeira vez e ligeiramente constrangido, apenas para participar de um jantar de homenagem aos dois representantes das Forças Armadas que vieram ao Brasil explicar a mudança portuguesa aos patriotas.

Entendo por experiência própria que o exercício da emigração desamparada, ainda por cima, transforme muitas coisas na personalidade das pessoas e afinal talvez até a mais importante delas seja a de que, com esse despegamento da pátria e com a aquisição de outra mais gratificante, um cidadão se pense mais progressista ou mais regressivo. Porque a pátria também vai mudando como ídola. E nós, simples pessoas físicas, precisamos aprender a ser multinacionais também. Os emigrantes são os homens mais adequados para entender isso. O que resta saber e medir, é a forma como os portugueses daqui fazem a sua integração e nesta sociedade participam, e como lhes possa restar informação e lucidez para serem portugueses nos dias que procederam ao 25 de Abril.

O elogio da franqueza política (o que só parece não é ...)

por JOÃO MEDINA

Impositor acabado, Salazar concebeu sempre a política como a arte de ludibriar o maior número, o conjunto de técnicas de fingir, de parecer, e nunca como a arte de persuadir e conduzir os homens na edificação de uma Cidade feliz e justa. Em política, dizia o nosso tirano, "o que parece, é". E piscava o olho ao alado de velhaco, que enganou muita gente. Com o seu fundo lobotomizado agravado pelos vícios da retórica jurista, o nosso sub-Maquível de Santa Comba agia, afinal, de acordo com a filosofia política que era a sua, isto é, procurando camuflar e não descolhar, substituindo sempre, e em todas as circunstâncias e épocas, o real profundo pela aparência, pelo sofisma. Nesse sentido, o chamado "Estado Novo" foi a apoteose da impostura política ou a impostura feita política, erguida à grandeza de uma ética e de uma axiomatica. Naquilo "o que parece, é" e ainda no celebre "Aguentar! aguentar!" se resume, ao fim e ao cabo, toda a meditação filosófica do nosso clérico-fascismo de recorte laudiano e inspiração neomiguelista, com um ou outro remendo maurrassiano e integralista, tudo isto submetido ao obsessivo "enlavo", diria Henrique Galvão, doentio à força de maníaco, sentimento da fachada, isto é, do exterior, da mera aparência tida como critério supremo de valores e comportamentos, convertida em finalidade última de todo o agir político. Finjamos e mantenha-mo-nos no poder; eis, em síntese, o pensamento insano que norteou todo o fascismo português desde 1926 até ao seu derube em 25 de Abril de 1974, o primeiro dia sem Mentira Nacional.

A esta filosofia da aparência e do embuste opõe-se naturalmente a ideia de uma Política conduzida pela palavra transparente, clara, limpa, racional, pela simplicidade e despojada pormaneira da Bacia, da verdade. Desde Platão que esta forma de governo tem um nome: — Democracia — e chama a prática fundada na livre e esclarecida acção de uma política que se impõe aos homens por expressão a verdade e se traduzir numa linguagem líana e despretençiosa, que os homens aceitam porque nela sentem a transição do verdadeiro do racional e do justo. Em Política, afinal, e ao contrário do que afirmava o nosso tirano beirão, o que apenas parece não é verdadeiramente, porquanto só o que é — e é dito com verdade e clareza — será, afinal, verdadeiro. E só uma política verdadeira pode durar, traduzir em atos sólidos o dever humano. Donde a radical oposição de uma prática e de uma ética democrática à velha ideia

de que só perduram e triunfam as políticas que se rodelam de trapaças e se exprimem em ludíbrio das massas. A candura dos que advogam a terapêutica da verdade e da clareza (e como pode haver verdades abstrusas, prolixas, confusas, tortuosas?) se opõem todos os velhacos que em política procedem com ciladas e falam com dolo. Diz-me como falsas, dir-te-ei que política és.

O 25 de Abril operou uma espécie de espantosa cirurgia semântica do discurso em Portugal: foi-se a velha política do "aquilo que parece é, de modo que nos devemos contentar em parecer", findou, o reinado do mítilo que soletrava com prudências de labellão o discursãozinho trazido de casa e escrito num papel, começou-se a praticar o hábito salutar de chamar "défice" a um "défice" e "gato" a um "gato", fez-se cair o empolamento retórico da praxe salazarista, eliminou-se da vida pública o salmálegua e a hipocrisia madeirinha, deixaram-se nos dicionários as palavras que só ali aparecem, eliminou-se o adjetivo rebarbativo, despediram-se as hiperbólicas acarianas bulofas ou apenas imberbis. Por outras palavras, terminou com o 25 de Abril o reinado da retórica jesuítico-jurista combrá, sentenciosamente nua e trapaçosa, que levantava ante o país real e o mereo país legal (e, apesar disso), tão cheios de ilegalidades, prepotências atos atrabiliários... e a cortina de papelão das palavras que já não correspondem às realidades (e como haviam de corresponder se o "parecer" era tido como igual ao "ser"?). Uma nova política, feita agora de clareza e verdade (isto há esta sem aquela), afirmou para o nosso país ideias feitas, dos chavões e das mentiras oficiais toda a logorria fascista. Um novo tipo de homem político surgiu, embora a princípio ofuscado pelos gestos teatrais de Spínola: o político habituado às ordens claras e rápidas, enuncia-das com brevidade, pensadas com rigor e executadas com sobriedade. O novo político português — quer ele seja um Costa Gomes, um Vasco Gonçalves, um Otelo Saraiva de Carvalho, um Costa Martins, um Vítor Alves ou João Antunes — fala directo, pensa directo, age directo: homem positivo, avesso às retóricas da escola e da universidade ditas "humanísticas", o novo homem político português tem-se mostrado resíduo, sóbrio, ponderado mas incisivo, aberto mas firme, sincero mas equilibrado, viril mas compreensivo, franco mas atencioso. Basta pensarmos nas figuras cimeiras do M.F.A. para nos inteirarmos da verdade do que

vimos dizendo. Nem as peias, as cautelas, as rábulas, as arrogâncias e as hipocrisias "profissionais" dos "doutores" e homens de Lei que sintetizavam e exprimiam a classe mental dirigente do antigo regime fascista, os homens do 25 de Abril — e do 25 de Setembro passado — recrutam-se num campo onde o rigor, a simplicidade e a firmeza e a franqueza no trato e até na "démarche" intelectual forçosamente escorraçam os jesuitismos jurídicos e escolásticos do salazarismo-marcelismo. Vasco Gonçalves é um engenheiro, Costa Gomes um matemático, Otelo Saraiva de Carvalho um guerreiro especializado em acção pedagógica — eis alguns dos homens que hoje nos seguem e nos falam com uma linguagem directa e reta, clara, sem rodelos oratórios. Verdadeira, em suma. Espartanamente simples, estes homens repudiam no comportamento e no pensar a funesta máxima salazarista da política como arte de ludibriar, camuflar, fingir, travestir, intimidar, perverter. Muito ao contrário do que se fazia nos péssimos tempos do péssimo dilador que tão largamente maculou e corrompeu a história nacional os homens do 25 de Abril não têm a ver com o discursão pomposo e embalsamado com a fachada enganadora com as burles dos maraus que nos debitavam uma execrável presa oca, desde o chamado presidente da "República", verdadeiro Acácio desmoldado a dois pascos da esquizofrenia integral, aos que nas gazetas e nos lucarnadinhos da televisão, ou em público, os Moreiras Baptistas, os Maralhetas e outros da mesma ninhada de sirofantes. Hoje, com o bom senso a segurar as redomas, a proclamação é a prosopopeia fascista deram lugar a um estilo novo, escorreito, bem vernáculo, desataviado, salutar: o que agora ali se ouve, nas antenas ou nos televisores, o que ali se lê nas folhas diárias e até nas folhas oficiais, decorre de uma política de verdade, de uma verdadeiro, não destila já aquele tédio imenso e aquela imensa falsidade governamental de outrora. Até a palavra foi saneada, fez-se ingenuamente directa, transparente, franca: começou-se a pensar directo e a falar claro. Em política, como em tudo o mais, aquilo que apenas parece afinal não é. É mais do que em nenhum outro campo, é em política que a transparência das palavras e a nitidez dos conceitos não podem ser embacadas pelas manchas da retórica, pelos logros dos velhacos. Se a expressão começa no estilo, é também nele que melhor se sente a libertação da Cidade.

Costa Gomes entre o povo



O cidadão que na noite de sábado se sentou, como qualquer outro anonimamente, numa das cadeiras da terceira fila de um teatro do popular Parque Mayer, chamava-se, Costa Gomes, General, Presidente da República Portuguesa. Os presentes, que o reconheceram, ficaram, de um modo geral, extremamente surpreendidos. Trata-se, com efeito, de facto absolutamente inédito na nossa história, e que merece, em sua singularidade, ser sublinhado como mais um importante "sinal" de tudo que neste País mudou. Pode-se dizer, assim, que esta foi também uma bela afirmação da autêntica democracia e do carácter de um homem, que é Presidente da República; e que foi também uma outra forma do 25 de Abril chegar ao Parque Mayer...

O general Costa Gomes, acompanhado da esposa, atravessou a pé, aliás, toda a entrada do Parque, no qual, como se sabe, podem entrar veículos. Mas o Presidente da República dispensou o automóvel e dirigiu-se, discretamente, com familiares e amigos, sem quaisquer formalidades, proteções ou preconceitos, para o Maria Vitória, a fim de assistir à primeira sessão da revista ali em cena. Na noite de sábado, em que o popular recinto sempre regorgita de gente, o Chefe do Estado confundiu-se com a pequena multidão que o frequentava.

E tantos que o viram e reconheceram, incluindo o repórter que ali estava por mero acaso — ou melhor: porque também ia ao teatro... —, puderam exclamar: "Até parece

mentira", ou seja: exatamente o título da revista que o general Costa Gomes e sua esposa forma ver. De fato, a quem se habituou durante quase meio século a, aliás, falsas "excelências" que só se "deslocavam" com a sua comitiva, e com ampla protecção policial, para camarotes especiais e nunca, obviamente, para "ambientes" como o do Parque Mayer, até há-de parecer mentira que um Presidente da República ainda há pouco aplaudido de pé pelos representantes de todos os povos do Mundo, o autêntico representante de um povo e de uma revolução, apareça assim e com toda a simplicidade vá assistir a um espectáculo como outro cidadão qualquer. Mas a isto exactamente se chama — e é — democracia!

Seis meses de Democracia

Seis meses volvidos sobre o 25 de Abril, que restituiu ao País a liberdade e dignidade oprimidas e esmagadas durante 48 anos, vivemos já hoje num Portugal completamente novo e que caminha decididamente para um futuro progressivo, que no presente já se desenha e constrói.

Seis meses, tempo extremamente reduzido por um lado, mas bem dilatado pelo outro, quando se vê pelos resultados já alcançados, após quase meio século de marasmo e de obscurantismo impostos por uma das mais longas e negras ditaduras que a história regista.

Por isso nos pareceu especialmente oportuno registar a data ouvindo sobre este breve tempo de liberdade do Portugal ressuscitado personalidades ligadas a quase todos os mais importantes setores do pensamento político e das mais variadas atividades profissionais, onde muitos dos nossos inquiridos ocupam posição de relevo.

Eis os depoimentos recolhidos a esta questão: Que pensa destes seis meses decorridos desde o 25 de Abril?

ABEL MANTA:

"A grande missão foi o processo de descolonização em marcha"



Ninguém viveu mais do que eu essa inesperada emoção que foi fechar os olhos à noite dentro de uma redoma de vidros escuros e acordar de manhã ao som de "Grandola Vila Morena".

Estas palavras (ou a síntese de um pensamento, dir-se-á melhor) de mestre Abel Manta, correspondeu a um estado de alma que, diz o pintor de Lisboa e o retratista de tantos seres psicológicos, ainda agora, passados seis meses, o não desiludiram.

Ele foi, a partir de 1926, um dos artistas perseguidos pelo regime ditatorial. Amigo de Pulido Valente e de Aquilino Ribeiro — e quantos mais, como estes, seus companheiros, tiveram de lutar pela sobrevivência da alma democrática? — mestre Abel Manta, em vão tentou entrar para o corpo docente da Escola de Belas-Artes, onde tinha um lugar de direito, pelo "currículo" que trazia de Paris e pelas provas prestadas em concurso. O seu lugar lá ficou, porém, longos anos, ocupado por quem tinha a proteção de uma Igreja comprometida com o fascismo. E essa circunstância, por muito pessoal que possa parecer, não podia deixar de refletir um clima político asfiziado pela censura.

Mestre Abel Manta explica:

— Em vão lutei, em vão os meus amigos lutaram por trazer a público uma injustiça que a censura sancionava, "cortando" esses protestos. Ora, condenando-me o regime a ficar no ensino médio, condenava a minha liberdade de criação artística, porque o tempo contava de maneira diferente. É por isso que, ao viver estes seis meses de democracia eu, que te-

nho 86 anos e nunca fui um político de ação revolucionária, não posso deixar de entender que um dos grandes bens trazidos pelo 25 de Abril foi a extinção da censura e a liberdade de revelar todas as verdades em público. Mas a grande missão dos executantes do Programa do Movimento das Forças Armadas foi o processo de descolonização em marcha, de maneira tão harmoniosa. Agora, só espero que, continuando-se a aplicação dos princípios enunciados, possa eu ainda assistir a uma reestruturação económica saudável e que a democracia traga a todas as classes trabalhadoras a conquista de todas as suas reivindicações, mas dentro de um movimento disciplinadamente democrático.

ANIBAL AQUILINO RIBEIRO:

"A independência judicial e a dignificação da magistratura"

Interessa-me destacar, no setor da vida nacional que me respeita, os dois princípios que no Programa do M.F.A. estão vigorosamente definidos: por um lado, a independência do poder judicial, por outro lado, a dignificação da respectiva magistratura. A sua formulação programática é o índice revelador da crise, sem exagero endêmica, para a qual foram arrastadas as instituições judiciárias pelo regime fascista. Equacionada a sua virulência no contexto do País, urgia dar-lhe remédio na senda democrática que o movimento revolucionário de 25 de Abril tinha em vista. E na verdade, surgiram as primeiras medidas, como a libertação imediata de todos os presos políticos, como a extinção do nefando Plenário Criminal e como o Decreto-Lei 261/74, de 18 de Junho, que estabeleceu a direção eletiva das Relações e do Supremo, refletindo-se no órgão supremo da Justiça, o Conselho Superior Judiciário.

Neste diploma legal, com o objetivo de contribuir para a democratização e eficácia da justiça, prevê-se a constituição de comissões de reforma judiciária, a funcionar nas 1.ª e 2.ª instâncias, como fatores contributivos da reforma das leis vigentes e da suscitação de outras, receptivas às prementes realidades sociais e económicas do País. Diga-se de passagem que essas comissões, instaladas em Julho último, na Comarca e Relação de Lisboa, entrarão em franca laboração em Novembro próximo. Aproveita-se o ensejo para fazer um apelo a todos, juristas e não juristas, para darem a sua colaboração neste particular, contribuindo para o Portugal renovado, por que todos ansiamos. Numa palavra, pode afirmar-se que o 25 de Abril lançou as idéias mestras da independência judicial e da dignificação da magistratura, idéias estas que no decurso destes seis meses se encontram na marcha da sua plena concretização.

LUIS FRANCISCO REBELLO:

"Somos, novamente, um povo que fala e que escuta"



Seis meses de liberdade depois de quarenta e oito anos de fascismo — ou seja, noventa e seis vezes mais — é, matemática e cronologicamente, muito pouco; e no entanto, foi politicamente imenso! Imenso não só pelo que se fez, mas ainda pelas perspectivas ofertas ao que resta fazer — e há-de fazer-se. Os passos que se andaram para a frente nestes seis meses, tanto em nível nacional como internacional, são já irreversíveis. O imobilismo, o silêncio impostos por uma ditadura ferozmente repressiva, que vedou ao povo português o acesso aos caminhos do seu próprio destino, terminaram com a longa noite que precedeu a madrugada de 25 de Abril. E a estreita aliança das forças populares com as Forças Armadas é a garantia segura de que o processo democrático encetado nessa manhã, e consolidado em 28 de Setembro, não sofrerá recuos nem desvios.

Ao fazer um rápido balanço destes seis meses preches de acontecimentos — e mais preches ainda de futuro! —, dois aspectos fundamentais desefaria aqui salientar: a descolonização e a reconquista da liberdade de expressão e de pensamento. A imagem de um país que deu novos mundos ao mundo, desfigurava por um colonialismo que, para subsistir se autocondenou por uma guerra fratricida e absurda, reassumiu a sua grandeza originária, enriquecida por uma nova dádiva, fecunda de consequências. E o descrédito em que a estúpida obstinação do regime fascista intencionalmente nos precipitara, acabou de se desfazer, de uma vez para sempre, com a presença do general Costa Gomes na O.N.U. — presença que foi a de todo um povo, humildemente orgulhoso da sua liberdade reencontrada, da sua dignidade recuperada. E, agora, orgulhosamente acompanhado pelos outros povos do mundo.

O outro aspecto que traduz uma das mais importantes consequências do triunfo do Movimento das Forças Armadas é a restituição ao povo português do direito a fazer ouvir — enfim! — a sua própria voz e a escutar a voz dos seus artistas, dos seus escritores, dos seus pensadores, voz emudecida, estrangulada por largos anos de censura. Das páginas do livro e do jornal, dos palcos de teatro, através da Rádio e da Televisão, os autores portugueses comunicam hoje livremente com o povo do seu país, sem muralhas nem fantasmas a interporem-se. Somos, novamente, um povo que fala e que escuta: um povo que, em liberdade, se prepara para escolher o seu destino e para construir uma sociedade justa, um país novo. E que fez suas as palavras admiráveis de Saint-Just: a revolução só deve parar quando se atingir a perfeição da felicidade.

JOSÉ CARDOSO PIRES:

"Nestes seis meses vivemos mais do que em vinte anos"



Meio ano de democracia depois de meio século de fascismo não é coisa que se sintetize facilmente. Afirmar que fomos extremamente lúcidos ao termos sabido avançar o processo da descolonização como segurança da nossa própria democratização e da nossa sobrevivência a vários níveis? Sim, talvez seja esse o traço fundamental.

Mas penso nisto e logo me ocorrem outros fenómenos experimentados... A sensação coletiva de equilíbrio, por exemplo. Ou a conscientização (não o triunfalismo, note-se) que derivou da derrota da "silenciosa" em 27 de Setembro, embora, pessoalmente, eu admita que outras intenções reacionárias se poderiam suceder. (Penso sempre nos oficiais desesperados que já não têm quartel e que estão em disponibilidade para a conspiração que eventualmente lhes seja "comissionada"...).

De qualquer modo, nestes seis meses vivemos mais do que em vinte anos. Estamos a criar vias muito próprias de implantação e já se começam a desenhar algumas metas a que elas conduzem nos horizontes do trabalho e da habitação. Também aprendemos em tão curto espaço a praticar a verdade — coisa importantíssima. Mesmo com os riscos do alarmismo e do desencorajamento, fazemos-lhe face e em voz alta, e isso prova a nossa segurança coletiva.

E verdade que pouco se tem adiantado na politização das massas — sim, esse será o vazio a preencher, e já. Aqui reside, quanto a mim, o nó mais frágil da nossa malha social. Ligada estreitamente ao saneamento ideológico, económico e profissional, a politização é agora a tarefa de base para podermos criar opinião (ou consciência de intervenção) e estabilizar a democracia e o trabalho. Em todo o caso, raramente um povo, mesmo muito mais politizado do que o nosso, demonstrou tanta sagacidade e tanta decisão na defesa da liberdade.

Eu bem me lembro como antes do 25 de Abril os conservadores "bem-intencionados" lamentavam a nossa incapacidade de democracia com fundamento na nossa falta de educação e nos vícios da nossa mentalidade... Depois do 27 de Setembro vimos bem quem eram os mal-educados e quais os seus propósitos cristãos.

SÉCULO XXI

LIVROS

Especializada em livros portugueses
Atende pelo reembolso postal
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315
Fone: 33-5700 - São Paulo

LUZIA MARIA MARTINS:

"Estes seis meses têm sido uma experiência notável"

Graças ao M.F.A., rapidamente apolado pelo povo, readquirimos uma liberdade que nos fora negada durante 48 anos. Mas a liberdade — como a democracia — não se conquista num dia. Nestes seis meses, e apesar das importantes vitórias alcançadas, houve indícios de impaciência, aqui e ali, o que me parece humano, mas imprudente. Teremos de lutar diariamente pela nossa democracia — todos nós — e não podemos esperar que, sem um esforço coletivo persistente, ela se enraíze, se mantenha e funcione eficazmente. Ser livre implica um sentido de responsabilidade que só agora começamos a apreender. Temos ainda de aprender a estabelecer as diferenças fundamentais existentes entre uma democracia de cariz burguês e uma autêntica democracia socialista. Quantos anos serão necessários para que surja essa nova sociedade anseada pela maioria? Não me atrevo a fazer previsões, neste campo. Creio que já é importante que estejamos a caminhar para ela. E estes seis meses têm sido uma experiência notável, e, na sua generalidade, muito positiva.

PEDRO SOARES:

"Só os cegos de espírito não vêem as alterações que se reproduziram"



O esquematismo é uma forma adulterada de ver a realidade. Não permite interpretar esta no seu incessante movimento.

Há quem veja o período que se segue ao derrubamento do fascismo, como uma continuidade do regime deposto.

Não há alteração na correlação de forças nem na perspectiva histórica. Daí a dificuldade em compreender que o 25 de Abril não foi uma simples sublevação militar, mas o primeiro golpe sério vibrado no regime fascista. Daí a impossibilidade de entender a articulação entre a ação das Forças Armadas, que derrubou o regime fascista, e a luta popular e democrática, que preparou o terreno e criou as condições objetivas para o sucesso do Movimento de 25 de Abril.

Existe, hoje, no nosso país, um poder político que funciona como força de desarticulação do poder económico que serviu de fundamento a ditadura.

Esse poder político é de inspiração democrática, serve os interesses populares, abre o caminho a uma democracia real e a solução dos mais urgentes problemas da vida política nacional. Opõe-se ao poder dos monopólios, não serve os interesses dos grandes bancos, nem a causa da opressão colonial. Daqui resulta a agudização da luta de classes, que

se manifesta na resistência das forças reaccionárias ao novo regime nas suas tentativas de sabotagem e de destruição das conquistas democráticas. Manifesta-se igualmente na tomada de consciência da classe operária e das massas populares, na sua crescente interferência na nova política nacional, no papel do Movimento das Forças Armadas, no elevado sentido patriótico e democrático de que dão provas estes setores.

A política do Governo Provisório define-se no quadro dessa luta antagónica entre as forças de renovação e as forças de retrocesso social.

Só os cegos de espírito não vêem as alterações que se produziram no quadro da vida política nacional. Conquistaram-se as liberdades fundamentais. Iniciou-se uma ação de defesa dos interesses das massas populares, dos camponeses, das classes médias. Nacionalizaram-se os três bancos emissores. Pôs-se fim à colonização, ao descrédito de Portugal à escala do Mundo.

Há, sem dúvida, dificuldades a vencer, uma vida nova a conquistar, problemas candentes a resolver.

Mas criaram-se as condições para que a marcha histórica do nosso país para a democracia e o socialismo possa ser determinada pela vontade popular no contexto das instituições democráticas.

BLANQUI TEIXEIRA:

Uma intensa experiência"



A primeira idéia que me surge quando se fala deste período após o 25 de Abril é a de que o tempo passado é imensamente mais longo do que aquele que o calendário indica, tão rico tem sido de acontecimentos e de atividade.

Julgo que esta aparência será especialmente forte, por contraste, para quem já passou longos anos encarcerado, anos que, no fim, pela falta de acontecimentos que os marquem, deixam sempre a sensação de terem sido meses.

Mas creio que de um modo geral, este último semestre representa muito tempo na vida dos Portugueses e não há dúvida de que representa muito para eles.

O País reacionário da Europa, fascista e colonialista, tornou-se o País mais progressista do ponto de vista político da parte capitalista do nosso continente. Os Portugueses encontraram-se finalmente cidadãos de um País que é, no fim de contas, e nem o entendiam, a sua Pátria. E, no mundo, Portugal passou a ser também um país. Isto, em minha opinião, sintetiza aspectos importantes das mudanças que surgiram. Isto também faz compreender o que se passou nos fins de Setembro — o povo ergueu-se para impedir que o sonho-realidade em que vivemos fosse desfeito. Ergueu-se para impedir

que matassem a sua participação, a sua possibilidade de construir uma sociedade melhor, de se realizar.

Agora o que é imperativo é que esse mesmo sonho-realidade chegue a todas as regiões do País, seja vivido pelas mais amplas massas populares. E ainda: que esse sonho-realidade ganhe cada vez contornos mais firmes e mais perfeitos.

Os seis meses passados têm sido principalmente uma intensa experiência — e o recente Congresso do meu partido ainda a enriqueceu — onde mergulhará forçosamente a atividade que se irá prosseguir.

TEÓFILO CARVALHO DOS SANTOS:

"Há que levar a revolução à província"

Quarenta e oito anos de ansiedades políticas e sociais, sublinhadas pela explosão nacional, do dia 1 de Maio, não cabem em seis meses de concretização.

Mas já foi muito o que se fez nestes seis meses, pois representa uma alta afirmação realizadora ter encetado a descolonização, a democratização do ensino e, acima de tudo, a lei das terras incultas, pela justiça social que representa, e o levar da revolução às massas rurais.

Além disto, deu-se às aspirações espirituais do povo português uma vivência que o arrancou por completo à inação em que há tanto tempo vivia. Passou a ser dinâmico ou expectante. Agora, quando não toma parte ativa no que se vai fazendo, toma uma atitude de observação e crítica, que o vai levando ao interesse pelos problemas.

Esta atitude de observação tem obrigado a reconhecer a um largo setor da população, através dos esclarecimentos prestados, que mesmo aquilo que lhe altera a vida e prejudica os seus interesses pessoais, mas é o natural corolário da legalidade revolucionária e da justiça social, tem levado a reconhecer diziamos, a falta de razão para qualquer censura.

As pessoas passaram, depois do 25 de Abril, a afirmar-se pelo interesse que põem nas coisas, pela participação que dão ou procuram dar à sua realização.

Esta afirmação de personalidades vem seguindo em progressão geométrica; transforma o indivíduo em cidadão e este em entusiasta participante da reconstrução social e política do País. O mais importante é verificar que a gente nova aparece constantemente a lançar idéias entusiasmadas e sinceras que pretende realizar e a que o clima atual, ainda tão impregnado do passado, se continua a opor.

Esta posição da mocidade é das maiores conquistas que a revolução vem fazendo. Estamos convencidos de que há-de ser a gente nova que virá dar grande impulso à vida nacional. É a mocidade que virá esclarecer e convencer os homens feitos em anteriores ambientes que a vida económica e a do trabalho terão de ser inteiramente diferentes do que foram até aqui.

De resto, a esperança e o entusiasmo que o 25 de Abril vem derramando pelo País não-de abrir brechas efetivas nas estruturas reacionárias que há tanto tempo esmagam todos os anseios.

E a revolução que bem precisa que assim seja, pois ela só se imporá pelas realizações e implantações concretas das idéias e valores proclamados.

Estamos convencidos de que se os homens da revolução se não fecharem e, antes, se abrirem à colaboração dos novos, a revolução triunfará.

As idéias e valores proclamados pelo M.F.A., apresentam-se em tal profundidade que não é possível manterem-se sob simples golpe de Estado. Têm de atingir o cerne do problema.

A revolução na capital e na província tem diferentes implicações.

Na segunda, vê-se, sente-se e efetua-se a revolução em muito menos escala do que em Lisboa. E que na província, as pessoas vivem e mantêm-se instaladas nos seus feudos, deles fazendo parte.

O feudo sustenta o indivíduo e este mantém aquele com a sua presença e indolência. Há que desarticular esta orgânica. Há que levar a revolução à província.

A todo o momento se afirma que esta é a revolução do povo. Ora para que o seja é preciso que o homem do povo a sinta em todos os atos da sua vida, desde que se levanta até que se deita.

É preciso que a sinta nas comodidades da sua habitação, na satisfação das suas necessidades alimentares, na capaz regulamentação do trabalho, na assistência na doença e na velhice e na garantia de construção para seus filhos.

Só assim sentirá que está a viver uma revolução em que é verdadeiramente interessado — uma revolução em que se praticou o efetivo e justo ato da satisfação das naturais necessidades humanas de todos e não só de alguns. Em que o homem do povo é a razão e o objeto dessa revolução.

No entanto, há que pensar que as aspirações e necessidades de dez milhões de portugueses não podem ser realizadas por três ou quatro dúzias destes, embora muito devotados ao bem público.

A revolução tem de ser obra de todos.

RAUL SOLNADO:

"Os olhos vão-se habituando à luz da liberdade"



Lamentavelmente não pude acompanhar de perto a evolução política do nosso país nestes últimos 6 meses porque contratos anteriores me obrigaram a estar ausente. Embora, portanto, um pouco desfasado continuo completamente solidário com a revolução e com o pensamento dos homens que a fizeram. Naturalmente a luz da liberdade é muito violenta para quem viveu durante dezenas de anos fechado num quarto escuro. Mas os olhos já se vão habituando.

Hoje tenho o maior orgulho e a maior esperança no meu país, e ao contrário dos meus planos anteriores a 25 de Abril, vou ficar aqui. Não só é esse o meu desejo como é a minha obrigação.

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES

Advocacia cível e comercial
Inventários, partilhas e arrolamentos
- Desquites e anulação de casamento
- Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.
Rua Boa Vista - 84 - 7.º andar - salas
701 a 704 - Telefone: 34-7064
SAO PAULO

NOTÍCIAS DIVERSAS

Um gabinete de Imprensa na extinção da PIDE/DGS e LP

Um gabinete de Imprensa, na dependência da Comissão de Extinção da P.I.D.E. — D.G.S. e da LP. deverá ser criado proximamente, de acordo com uma informação prestada no Forte de Caxias. A sua missão fundamental é aglutinar e distribuir todas as informações relativas à ação daqueles serviços, sem prejuízo para as investigações em curso.

Foi libertado da prisão do reduto norte do Forte de Caxias mais um indivíduo que ali se encontrava detido, para averiguações, na sequência dos acontecimentos registrados no passado dia 28 de Setembro. Trata-se de Diogo Francisco de Melo e Faro Maldonado Passanha.

Por outro lado, deu ali ontem entrada Arnaldo Augusto Correia, controlador de automóveis, contra o qual fora passado um mandato de captura.

Comércio com o Leste

Está em estudo a criação de mais uma empresa pública de relações comerciais com o exterior. Para além do já existente Fundo de Fomento de Exportação pensa-se agora em criar uma empresa estatal que fomente as relações comerciais entre Portugal e os países do Leste.

Em que se gastava o dinheiro

Numa reunião de trabalho em Braga, aonde se deslocou para visitar a Agro-74 no dia do encerramento da importante manifestação agrícola, o dr. Luis Nandim de Carvalho, subsecretário de Estado da Administração Interna, revelou que da verba de um milhão e meio de contos de que dispunha o antigo Ministério do Interior, um milhão e 250 mil contos eram aplicados em ações repressivas, "para manter abafadas as vozes políticas". Entre os diferentes problemas focados na reunião, em que tomaram parte várias autoridades do Norte do País, avultou o da necessidade de revisão do Código Administrativo.

Magistrados suspensos por três meses

Foi tornado público que, enquanto decorrem, no Ministério da Justiça, os inquéritos da Comissão de Saneamento, se determinou, mediante despacho favorável do ministro, a suspensão por três meses, dos desembargadores António Lino Neto, que sobraçava a pasta no último elenco governativo do regime deposto, e Manuel dos Santos Carvalho e Morgado Florindo, que presidiram os Tribunais Plenários do Porto e de Lisboa. Igualmente foram suspensos, pelo mesmo período, o desembargador Quesada Pastor, chefe do gabinete de Marcelo Caetano, e os juizes Francisco Diogo Fernandes e Dionísio Moreira de Pinho.

Relativamente ao dr. António Luis de Oliveira Guimarães, último adjunto do procurador-geral da Re-

pública, retificam do gabinete do ministro Salgado Zenha que, muito embora sujeito a inquérito pela Comissão de Saneamento, não lhe foi imposta qualquer suspensão.

Padres do Porto, pedem renúncia do vigário-geral castrense

Já foi libertado e regressou à sua paróquia, em Balão, o padre Manuel Joaquim Ribeiro, que havia sido detido pelas autoridades militares por se encontrar na situação de refratário (EXPRESSO de 12 de Outubro).

A propósito deste caso que teve larga repercussão nos meios sacerdotais, 58 padres da diocese do Porto enviaram a todos os bispos portugueses uma carta em que historiavam as diferentes fases da detenção do padre Ribeiro e pediam providências urgentes. Lê-se a certo passo dessa carta, a título de reivindicações:

"Que o senhor bispo vigário-geral castrense, D. António dos Reis Rodrigues, principal responsável por todo este estado de coisas, renuncie imediatamente ao seu cargo, por o considerarmos irrecuperável para a função; que o Vicariato Castrense, numa Igreja que se quer sem pelas (e sobretudo se elas revestem a forma de privilégios) seja puramente abolido; a população militar e os quartéis integrar-se-iam na pastoral da Igreja onde estão".

Descolonização de S. Tomé

Uma das decisões tomadas, durante as reuniões da Comissão de Descolonização, foi a do início, para muito breve, de negociações com vista à independência de S. Tomé e Príncipe.

Para o efeito, realizar-se-ão em Lisboa conversações entre dirigentes do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP) e uma comissão (da qual fará parte, muito provavelmente, o ministro sem pasta, major Melo Antunes) a nomear pela Comissão de Descolonização.

A criação de várias centrais sindicais é sabotagem e traição

"É preciso reforçar a ação e organização unitárias nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas uniões sindicais, na Inter-sindical e seguir em frente na indispensável reestruturação sindical", lê-se num comunicado elaborado conjuntamente pela Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, as Federações dos Sindicatos dos Escritórios, dos Caixeiros, o Sindicato dos Electricistas do Sul e o Sindicato dos Motoristas de Lisboa, acerca do problema, ultimamente muito debatido, da "unidade sindical".

E o documento prossegue: "Mas é preciso também reforçar a vigilância e desmascarar quantos, sob os mais subtils disfarces, procuram dividir-nos, enfraquecer-nos travar a nossa marcha no caminho da libertação definitiva."

O comunicado, que começa por afirmar que os trabalhadores podem agora "avançar decididamente na edificação de grandes e fortes sindicatos verticais, por setor de atividade, capazes de levar por diante a luta por melhores e mais justas condições de vida e trabalho e pelo fim da exploração do homem pelo homem, refere a seguir que "as necessidades e os direitos dos trabalhadores não fossem

os mesmos, sejam eles comunistas, socialistas ou centristas" e que "o inimigo de quem trabalha é o mesmo e está unido: o capitalismo" e afirma mais adiante:

"Dividir os trabalhadores ou fomentar a divisão é enfraquecer a nossa luta e fortalecer as posições do capitalismo.

"Não surpreende, pois, que os liberais do regime fascista, hoje feitos arautos da liberdade, procurem, a pretexto do que chamam "pluralismo sindical", fazer aprovar bases legais que facilitem a proliferação de organizações sindicais."

"Quem sempre esteve, e está do lado do patronato não pode agir de outro modo."

"Também o "Partido do Progresso", o Partido Liberal" e correlativos, ao mesmo tempo que se armavam e conspiravam para derrubar a democracia e assassinar os melhores filhos do povo, clamavam — em nome da liberdade — por "pluralismo sindical".

"O capitalismo não desarma, conclui o comunicado. Da demagogia centrada à violência terrorista, todos os meios são bons se isso servir à manutenção dos seus privilégios de classe."

Lamentando depois o apoio que certos outros setores políticos estão a dar a tais manobras divisionistas, o documento prossegue nos seguintes termos:

"Uns e outros não hesitam em combater o sindicalismo unitário, pensando desta forma ganhar alguns trabalhadores, conseguir através da divisão aquilo que por inoperância, falta de organização e de perspectivas políticas não são capazes. Uns e outros colocam acima dos interesses das massas laboriosas os seus interesses partidários: traem a classe operária e todos os trabalhadores. É urgente e necessário desmascará-los, combatê-los e andar em frente na ação e organização unitárias."

Referindo-se à propósito à ampla mobilização conseguida graças à organização sindical unitária e que tornou possível o desmontar da intencional contra-revolucionária do 28 de Setembro, os signatários interrogam-se: "Onde estavam então os que, em nome da liberdade, tanto gritam pelo "pluralismo sindical"? No estrangeiro? Nas embaixadas? Em casa? Nas barrieras não estavam! Vieram depois, batida a reação, hastear bandeira, colher louros..."

A terminar, os subscritores, representantes da vontade de mais de meio milhão de trabalhadores, reafirmaram a sua determinação de continuarem a lutar por "uma organização sindical unitária onde caibam todos os trabalhadores independentemente das suas simpatias ou filiações partidárias", mas não sem afirmarem antes que "o País que queremos construir, que estamos a construir, obriga ao empenhamento de todos os trabalhadores na luta, qualquer que seja a sua opção política. Neste momento legislar no sentido de facilitar a criação de várias centrais sindicais ou sindicatos da mesma profissão ou setor de indústria, é não ter em conta não só a vontade e os interesses dos trabalhadores portugueses, como também sabotar, trair, as potencialidades transformadoras da Revolução Democrática em curso."

A POSIÇÃO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUES

Também o Movimento Democrático Português tomou posição, uma vez mais acerca da questão da unidade sindical. E o seguinte o texto de um comunicado assinado pela Comissão Central do M. D. P. recentemente distribuído:

"1 — A questão da unidade sindical está na ordem do dia. De um lado, os trabalhadores têm vindo a afirmar na ação e na luta, antes e depois do 25 de Abril, um empenho vital na unidade de ação e organização, empenho que se traduz num baluarte sindical único capaz de defender os interesses comuns e de classe dos trabalhadores. Por outro, certos setores patronais, e alguns agrupamentos políticos em que se faz sentir a voz desses interesses, têm procurado com uma insistência descabida, para quem tem vivido alheado desta frente de luta, apresentar como defesa da liberdade a divisão e dispersão sindicais.

2 — É opinião do M. D. P. que estes setores confundem a necessidade da existência pluralista de diversas formações sociais e políticas verdadeiramente democráticas — porque opostas ao domínio dos monopólios e porque dispostas a fa-

zer avançar as conquistas populares — com a divisão sindical da classe operária e dos trabalhadores. Tal confusão apenas tenderia a fazer projetar na defesa dos interesses imediatos da frente do trabalho uma divisão que lhe é alheia e contraproducente. Divisão que se expressaria em inúmeros sindicatos e centrais sindicais que falsificariam e comprometeriam a realidade histórica da comunidade de interesses dos trabalhadores, debilitando o próprio campo democrático no seu conjunto.

3 — Nestes termos, o M. D. P. alerta o M. F. A. e o Governo Provisório para o conteúdo negativo e antidemocrático de pretensas propostas de fachada liberal que tendam a dividir sindicalmente os trabalhadores.

Como é experiência de direção atual internacional comprovadas — ainda recentemente salientadas pelo secretário-geral do Partido Socialista do Chile — a existência de sindicatos e centrais únicas longe de ofender as liberdades dos trabalhadores, consagra-se no que elas têm de mais essencial: a união e cooperação ativas de quem trabalha, pelo bem-estar das massas trabalhadoras, pelo progresso da democracia e do povo."

("Do jornal "República")

O M.F.A. quer defender a Democracia —*Afirmou Olof Palme a chegada a Estocolmo

Estocolmo. — É de esperar que o Governo Sueco não se limite a oferecer papel para a propaganda eleitoral, mas que esteja também pronto a dar uma vasta assistência económica" — escreve em editorial o diário "Aftonbladet" a propósito da visita do primeiro-ministro sueco a Portugal.

O mesmo editorial preconiza a propósito que sejam estimulados os investimentos suecos em Portugal e transcreve, em títulos, a frase do chefe do Governo: "Os militares querem, de fato a democracia".

Ao aludir ao encontro do estadista sueco com os políticos portugueses e com os representantes do M.F.A. afirma que Olof Palme deve ter obtido uma justa imagem da situação em Portugal e dos seus problemas de maior acuidade.

A Imprensa sueca continua, assim, a conceder a mais ampla repercussão à visita.

"A noite em que Palme ficou com nova opinião sobre Portugal" — assim intitula o "Expresso" a crónica dos seus enviados especiais à Lisboa, na qual descrevem o encontro do primeiro-ministro sueco com os elementos das Forças Armadas portuguesas que estiveram por detrás do golpe de Estado de 25 de Abril.

"Nesta noite, revalorizei a minha posição sobre Portugal" — afirmou Palme, acentuando: "Eles são os únicos autores de um golpe militar que contam com a minha compreensão. A minha conversa com eles proporcionou-me um quadro ainda mais positivo sobre o que na verdade aconteceu em Portugal. Fiquei convencido de que o Movimento das Forças Armadas quer, realmente, defender a democracia".

As conversações com Gomes e Vasco Gonçalves revestiram-se do maior interesse

Confirma o "Expresso" que Olof Palme ficou muito satisfeito pela sua visita tendo manifestado o grande apreço pela forma calorosa como fora recebido pelo seu amigo Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista Português e ministro dos Negócios Estrangeiros, e salientando que as conversações com o Presidente Costa Gomes e com o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves se revestiram do maior interesse.

"Todos esperam poder realizar eleições livres em Março de 1975" — disse Palme ao "Svenska Dagbladet", referindo-se a certas especulações, segundo as quais as eleições em Portugal não seriam realizadas na data prevista."

ESPORTE

Campeonato da 1.ª divisão

Não houve jogos no último domingo, dia 10, em virtude da preparação da seleção nacional com vista aos próximos jogos do Campeonato da Europa, no qual Portugal enfrentará a Inglaterra no próximo dia 20.

TAÇA UEFA

Porto 0 Napoli 1
TAÇA DOS VENCEDORES DAS TAÇAS

Benfica 0 Carl Zeiss — Jena 0
 Em vista do resultado alcançado em Lisboa o Benfica continua disputando a Taça dos Vencedores das Taças, uma vez que também tinha empatado por 1x1 com a mesma equipe na Alemanha Oriental.

O Benfica é o único clube português que continua disputando jogos internacionais já que o Futebol Clube do Porto foi eliminado da Taça Uefa ao perder para o Napoli no seu próprio campo pela contagem de 0x1.

CAMPEONATO DA EUROPA

O que se segue

Com a realização do encontro Inglaterra-Checoslováquia, o quadro do grupo 1 do Calendário da Europa de Futebol oferece o seguinte panorama:

Inglat.-Checosl. ...	3-0 29-10-75
Inglat.-PORT. ...	20-11-74 19-11-75
Chipre-Inglat. ...	5- 2-75 16- 4-75
Checosl.-Chipre ...	20- 4-75 23-11-75
Checosl.-PORT. ...	30- 4-75 12-11-75
Chipre-PORT. ...	8- 6-75 3-12-75

Portanto, o Inglaterra-Portugal é o jogo que se segue.

CLASSIFICAÇÃO DA 2.ª DIVISÃO

Zona Norte:

1.º Famalicão	15 pontos
2.º Beira Mar	12 "
3.º Penafiel	11 "
4.º Passos de Ferreira	11 "
5.º União de Coimbra	10 "
6.º Oliveirense	10 "

Zona Sul:

1.º Barcelonense	13 pontos
(menos 1 jogo)	
2.º Marítimo	13 "
3.º Estoril	12 "
4.º Sesimbra	12 "

Agora aos Domingos
 Das 11.00 às 12.00 horas Portugal sem passaporte
 TV Tupi - Canal 6
 Rio de Janeiro



Rodoviário "CARAVELLE" Ltda.
 "O jato na Rodovia"
 Transportes rápidos entre: Rio - São Paulo - Niterói - Magé - Rio Bonito.
 RIO SÃO PAULO NITERÓI
 260-5075 92-1864 5294

Taça de Portugal (3.ª Eliminatória)

Realizou-se recentemente, na sede do F.P.F., o sorteio dos jogos relativos à terceira eliminatória da Taça de Portugal, com os seguintes resultados:

ZONA NORTE

Entre clubes da II Divisão
 Feirense - União de Coimbra
 Lourosa - Villanovense
 Famalicão - Penafiel
Entre clubes da II e III Divisões
 Marialvas - SP. Braga
 Gil Vicente - Naval 1.º de Maio
 Salgueiros - Vianense
 Paredes - Beira-Mar
 Paços de Ferreira - Cabeceirense
 Varzim - Cuculães
 Sp. Covilhã - Régua

ZONA SUL

Entre clubes da II Divisão
 Estoril Praia -Barcelonense
 Almada - Caldas S. C.
 Juventude - Montijo
 Torriense - Sesimbra
 Lusitano - Marítimo
Entre clubes da II e III Divisões
 Amora - Portimonense
 Santiago do Cacém - União Sport
 Torres Novas - União de Almeirim
 Marinhense - Campomaiorense
 Lusitano V. R. - Peniche

Ao todo, vinte jogos: oito entre clubes da II Divisão e doze entre clubes da II-III Divisões. Disputam-se, como os anteriores, nos campos dos clubes indicados em primeiro lugar e em uma só "mão". Se no tempo regulamentar se registar um empate, ter-se-á de recorrer a um prolongamento de meia-hora. Se o empate subsistir, haverá outro jogo, este no campo do clube que primeiramente fora o visitante.

Os jogos da terceira eliminatória realizam-se no dia 1 de janeiro.

Um navio soviético no porto de Faro

Há dias o navio-fábrica russo, "Shvend", que portou ao cais comercial da cidade de Faro descarregou 500 toneladas de sardinha congelada, destinadas a várias unidades fabris do Algarve.

O navio, que tem sido visitado por muito público, procede de Las Palmas, sendo esta a segunda unidade russa que escala este porto, após o 25 de Abril.

Estiveram no local as entidades para a respectiva descarga, que hoje se iniciará, rumando depois o peixe para as diversas unidades fabris. Este fornecimento permitirá que as unidades conserveiras laborem em plena época de inverno, quando as nossas traineiras não garantem a matéria-prima necessária à manutenção do fabrico.

Consulado Geral de Portugal

O Consulado Geral de Portugal em São Paulo solicita informações acerca do paradeiro dos seguintes cidadãos portugueses:

- José Maria da Silva, filho de Manuel de Sousa e Silva e de Conceição de Sousa e Silva, natural da freguesia de São Pedro de Goães, concelho de Vila Verde.
- Luís Pereira, natural de Farnalhão de Cortes, Leiria.
- Adília da Silva Rodrigues, filha de Antonio Rosindo da Silva e de Gertrudes Maria da Silva.
- Fernando Lopes Julião, filho de Manuel Ferreira Julião e de Maria Ferreira Lopes.

FORTUNATO VIEGAS

ADVOGADO

Direito comercial e fiscal
 Rua do Catete, 338 —
 S/ loja 26

Tel: 225-7296

Rio de Janeiro.



Livros Soviéticos

Novidades em espanhol, inglês e francês — Tecnologia — Medicina — Literatura
 Rua Barão de Itapetininga, 88 —
 Galeria Itá — Loja 6A-Terrea
 01042 — SÃO PAULO-SP
 Atende pelo Reembolso Postal
 Solicitem catálogos.

I EXPOSIÇÃO DE COMERCIO E INDUSTRIA BRASIL - PORTUGAL

De 6 a 22 de dezembro

PAVILHÃO DE SÃO CRISTOVÃO

Tem o patrocínio Riotur S/A. Empresa de Turismo do Estado da Guanabara



Evento incluído no calendário do Ministério da Indústria e do Comércio

A I EXPOSIÇÃO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-PORTUGAL tem por finalidade promover um encontro dos empresários desses dois setores econômicos com os seus clientes e o público em geral, no Pavilhão de S. Cristóvão, tendente a mostrar o que os primeiros vendem ou produzem, e os segundos a conhecê-los e adquiri-los.

Reunindo empresários de dois países irmãos, há séculos integrados e perfeitamente irmanados no mesmo espírito de produzir e colocar à disposição do público o melhor dos seus produtos, procurando sempre a mais moderna técnica e os preços mais acessíveis, de forma a corresponder ao interesse crescente dos seus clientes, esta Exposição pretende, todos os anos, repetir este encontro, que espera venha a transformar-se numa das mais úteis iniciativas para empresários e compradores.

Para fortalecer e intensificar este encontro, a direção da

I EXPOSIÇÃO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-PORTUGAL promoverá uma série de realizações de caráter artístico, recreativo e festivo, com figuras e motivos do Brasil e de Portugal, que hão-de despertar em todos o maior interesse.

Espera-se, assim, que esta Exposição marque o início de uma das mais sérias e importantes iniciativas no campo econômico dos povos de língua portuguesa, oferecendo ao povo carioca e brasileiro a oportunidade de conhecer as mais recentes criações do progresso, da técnica e da moda, num ambiente de alegria e confraternização.

A direção da Exposição empregará todos os seus esforços no sentido de corresponder inteiramente ao interesse dos empresários do comércio e da indústria, oferecendo ao público a melhor oportunidade de se familiarizar com seus produtos e serviços, num encontro que deixará em todas a melhor recordação.

Criada e projetada pela IOFEMI PROMOÇÕES LTDA.

Rua Sen. Dantas, 118, s/508 - Tel. 222-9258 - Rio de Janeiro - GB

É uma realização de José Moreno

CASAS GAIO MARTI S.A.

"Onde a qualidade não custa mais"

Av. Brasil n.º 12.698 - Rua 4 n.º 96/98 Tel: 260-6622

RIO DE JANEIRO



PAPELARIA E LIVRARIA

brasiliense

Livros Portugueses
 Livros Nacionais e Importados
 Livros Universitários

Rua Barão de Itapetininga, 93/99
 Fone: 32-7770 — São Paulo

Acabou o privilégio do automóvel Transportes para beneficiar as massas trabalhadoras



"O problema político está resolvido e assumido e é a favor dos transportes coletivos, beneficiando as massas trabalhadoras. Terminou o privilégio do automóvel particular em prejuízo dos transportes públicos", afirmou o eng.º Ferreira de Lima, secretário de Estado dos Transportes e das Comunicações, no seu regresso de Hamburgo, onde se deslocou para observar o sistema de transportes urbanos locais.

O eng.º Ferreira de Lima, que se fazia acompanhar do subsecretário dos Transportes, do diretor-geral dos Transportes e de um técnico do seu gabinete, falando aos jornalistas, começou por dizer que o sistema de transportes em vigor na cidade de Hamburgo data de 1922 e que é um dos mais notáveis, pelo que espera poder pôr em prática aqui algumas das experiências que observou.

O eng.º Ferreira de Lima diz

que não queria anunciar para já qualquer medida tendente a resolver o problema — que considerou caótico — do tráfego lisboeta, sobretudo porque existe um grupo de trabalho que deverá em breve fornecer o resultado das suas observações e apresentar propostas.

Acrescentou que antes do fim do ano algo de novo se verificará em plano de transportes, no sentido de favorecer as classes sociais de menores recursos. Continuou, dizendo que uma vasta ação vai ser desencadeada, começando pelo estabelecimento de terminais, devendo o primeiro constituir-se no Berreiro, onde em breve começarão obras.

Sociedade de economia mista para os transportes fluviais

Após ter falado na colaboração que Portugal receberá de técnicos hamburgueses no domínio dos transportes, o eng.º Ferreira de Lima declarou que está em constituição uma sociedade de economia mista para a exploração dos transportes fluviais e que vai ser aberto concurso para aquisição de 300 autocarros para a Guiné.

Prosseguiu declarando que medidas muito importantes no mesmo setor vão ser deliberadas em reunião do Conselho de Estado, Ferreira de Lima se referiu ao aborrecido problema da circulação automóvel que se põe no domínio dos transportes públicos, tendo mencionado o problema da circulação automóvel no centro da cidade de Lisboa e a necessidade de uma solução de cada componente, o que permitirá o movimento da cidade para além do centro.

Coluna do leitor

O nó do problema

"Já recebi dois números do nosso PORTUGAL DEMOCRÁTICO, em sua nova fase. Tanto a parte gráfica como a noticiosa, com a transcrição de conceituados órgãos da imprensa de Portugal, são excelentes. Só assim podemos ficar sabendo do que realmente se passa em Portugal, pois nem sempre os correspondentes de outros jornais pautam suas notícias pela isenção política... Estou certo de que com a limpeza que se está fazendo em breve o nosso país não ficará mais na retaguarda dos países europeus, como acontecia até 25 de abril". Cesar Telles, Campo Grande (Mato Grosso).

A limpeza que se está fazendo não agrada a certos correspondentes de jornais, e isso é que faz com que suas notícias careçam de isenção. O importante, caro leitor, é que o nosso país não continue na retaguarda dos países europeus e para isso a limpeza é uma das muitas coisas indispensáveis. E, enquanto certos correspondentes não gostam, a caravana passa.

Sobre o outro assunto da sua carta, saiu no n.º 190 de P.D. uma comunicação das autoridades consulares indicando como proceder. Mas parece-nos que o prazo já expirou.

Sugestões: esporte e regionalismo

"Sobre a apresentação do nosso jornal, ótima; a meu ver é bom continuar dando notícias sobre o desporto em Portugal se possível com mais detalhes pois infelizmente a mocidade hoje em dia preocupa-se mais com o desporto do que em geral interessa. Bem entendido que não é toda a mocidade, pois a nossa em Portugal está demonstrando que não foram os 48 anos de terror que a fizeram andar para trás mas sim saber o que quer. Como a nossa colônia em geral vive no interior e só se interessa pelo que vai na santa terrinha, acho bom publicarem mais algumas notícias sobre a nossa província do norte ao sul". Júlio Duarte, Londrina (Paraná).

Não vemos inconveniente algum em que a mocidade se interesse pelo desporto. O que pode ser inconveniente é o modo como se interessa. Leia a imprensa esportiva portuguesa para ver que algo, ainda que pouco seja, está acontecendo de novo nesse particular. Quanto à sugestão de publicarmos noticiário regional, é ótima. Logo que haja condições, entraremos nessa.

Os remanescentes

"Sr. Diretor. Eu gostava de enumerar alguns fatos passados na minha infância. Quando a República foi implantada no nosso país eu tinha 10 anos e ficou bem gravado na minha memória tudo o que se passou. Os traidores daquele tempo foram Paiva Couceiro junto com um bando de renegados. Atrás deles vieram Salzares, Cerejeiras, Carmoas, Caetanos e uma corja de crimi-

nosos amparados pela PIDE e toda a sorte de crimes e delações. Os métodos que eles empregaram para derrubar a República foram toda a sorte de sabotagem. Naquele tempo eles allaram-se a uma maioria do clero retrógrado e sem pátria e na calada da noite sabotavam as ferrovias, organizavam mais de uma conspiração por mês, contratavam assassinos profissionais para eliminar ministros da República nas praças de Lisboa. Fram esses traidores que mandavam para o exterior essa imagem de miséria moral como se fosse dos repúblicanos. Pois bem, os traidores de agora são os remanescentes daquele tempo, não tenham dúvidas. Eles vão fazer tudo para apunhalar o povo português novamente. Tem que haver muito esclarecimento e muita vigilância.

O fim das minhas palavras é mostrar o fio da meada dos traidores e vendilhões da Pátria que derrubaram a República, sabotando, assassinando e enviando para o exílio um punhado de portugueses honrados e idealistas que teria construído uma Pátria moderna e progressista e feito seu povo feliz". Um leitor de Águas da Prata (São Paulo).

Também achamos muito importante por à mostra o fio da meada, por isso aqui está reproduzida, para conhecimento dos nossos leitores, a interessante e oportuna carta recebida de Águas da Prata. O correspondente esqueceu-se de assinar. É só por essa razão que não indicamos o seu nome.

Portugal — Brasil — África

"É pois neste contexto que as novas nações — Guiné, Angola e Moçambique — dada a ligação étnica, cultural e linguística, devem procurar no Brasil o amparo fraternal para assimilar rapidamente os diversos estágios de desenvolvimento económico que o mais próspero país tropical do mundo possui". José Manoel Chaves, São Paulo (SP).

Diríamos que o essencial é o contexto — democratização de Portugal e descolonização da Guiné, Moçambique e Angola — que garante a esses povos a liberdade de tratarem e estabelecerem vínculos com outros povos quando isso corresponder a interesses recíprocos.



Oficina Técnica Especializada

Lonas — Fluidos e Peças em Geral
Vendas e Serviços
Rua Cardoso de Moraes, 328 — RIO
Fone: 230-1057

ouça diariamente

**A EMISSORA
NACIONAL
DE LISBOA**

nas ondas
13, 19, 25 e 31 metros
a partir das 12 até 21h.
(horário do Brasil)
noticiário às 16, 19 e 20h.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da
Editora Portucalese Ltda.
Diretor
Edison Rodrigues Chaves
Conselho de Redação
Alexandre Antunes Pereira
Fernando Lemos
João Sarmiento Pimentel
Joaquim Quitério
Manuel Ferreira Moura
Raul Ciriaco da Cunha
Redação
Rua Líbero Badaró n.º 488 - 5.º - s/50
Caixa Postal 6248 - CEP 01000
Telefone: 37-0933
São Paulo - SP

Distribuição

Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907
20.000 - Rio de Janeiro - GB.

Impressão

Jornal Paul'ista Ltda.
Rua Oscar Cintra Gordinho, 46
São Paulo - SP
Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:
REPÚBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros.

Correspondentes BRASIL

Rio de Janeiro - GB,
A. J. Bravo
Pr. Floriano, 19, 1.º, s/13
Fone: 224-9765

Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva
Rua do Hospício, 149 - 1.º
Londrina
Júlio Duarte
Ed. Centro Comercial - Apt.º 141
Brasília - DF
Livraria Encontro S.A.
Galeria do Hotel Nacional
Lojas 28 e 29
VENEZUELA - Caracas
Junta Patriótica Portuguesa
Apartado 8287
URUGUAY - Montevideo
Junta Portuguesa Del Uruguay
Casilla de Correo 2128
PORTUGAL - Lisboa
Urbano Tavares Rodrigues
Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar
INGLATERRA - Londres
Portuguese and Colonial Bulletin
10 Fentiman Road - London SW 8
HOLANDA - Amsterdam
Tulipa Vermelha
Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont.

Portuguese Canadian Democratic
Association
P.O.Box 5921 - Station (A)
CZECHOSLOVAKIA - Praga 1
João Ribeiro
Postovní Urad-Jindriřská UL.
C: 14 Scharánka 646
FRANÇA - Paris
Grupo de Amigos do
"Portugal Democrático"
2, Place François Villon
Escalier E - La Courveneuve Seine
Assinaturas
Para o Brasil
Anual Cr\$ 120,00
Semestral Cr\$ 70,00
Vir. aérea
Anual Cr\$ 170,00
Semestral Cr\$ 120,00
Para o Exterior - via aérea
Anual US\$ 28
Semestral US\$ 21